

Relatório e Contas Consolidadas Financeiras e Orçamentais em SNC-AP

Ano de 2021

Relatório de Gestão das Contas Consolidado

Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Relatório e Contas Consolidadas Financeiras e Orçamentais em SNC-AP

Ano de 2021

Índice

1. Relatório de Gestão das Contas Consolidado	3
2 Demonstrações Orçamentais Consolidadas.....	26
2.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	26
2.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	27
3 Demonstrações Financeiras	28
3.1 Balanço Consolidado	28
3.2 Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada	30
3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados	31
3.4 Demonstração das Alterações do Património Líquido	32
3.5 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	33

1. Relatório de Gestão das Contas Consolidadas

Enquadramento

A Covid 19, declarada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no início de março de 2020, originou um conjunto alargado de medidas de mitigação com forte impacto no ano de 2021, tendo sido aprovadas pelo Governo diversas medidas excecionais e temporárias para permitir uma maior capacidade de resposta pelas autarquias.

As consequências destas medidas têm-se feito sentir ao nível orçamental, influenciando a composição da receita e da despesa, na estrutura organizacional dos serviços que se teve de adaptar a novas medidas de segurança e ao teletrabalho, e teve acima de tudo impacto na capacidade da autarquia continuar a exercer as suas competências e a prestar o respetivo serviço público.

A Câmara Municipal de Almada, apesar dos constrangimentos, conseguiu adaptar-se e assumir um papel de liderança na implementação das medidas de mitigação, contribuindo, por exemplo, para o sucesso da organização dos centros de vacinação. Adicionalmente, continuou a autarquia a assumir as suas competências, continuando a estratégia previamente definida de investimento municipal, tendo para o efeito planeado e iniciado um conjunto alargado de obras municipais.

Considerando que a atividade das entidades que integram o grupo municipal sujeito à consolidação de contas encontra-se largamente divulgada nas respetivas contas individuais, optou-se por apenas apresentar um breve resumo das entidades e apresentar dados financeiros que permitam aferir da posição financeira e do respetivo desempenho económico e orçamental da Câmara Municipal de Almada (CMA), dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS), da Wemob e das restantes entidades pertencentes ao grupo municipal.

Nesta nota introdutória, não se pode deixar de referir, que embora sem reflexo nas demonstrações financeiras consolidadas, a invasão da Ucrânia pela Federação Russa a 24 de fevereiro de 2022, criou uma guerra convencional sem precedentes desde a II Guerra Mundial, sendo que as consequências desta guerra não são estimáveis e já se fazem sentir atualmente.

Introdução

A consolidação de contas nas autarquias locais, encontra-se prevista na legislação desde a aprovação da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, porém no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não existia qualquer referência à consolidação de contas, pelo que a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) não considerava a essa data que fosse possível realizar a mesma com o referencial contabilístico aplicável às autarquias.

Em 2010 foi aprovada a Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo, pela Portaria n.º 474/2010 de 1 de julho, que foi adotada e regulamentada pela DGAL em abril de 2011, na Instrução sobre consolidação de contas para os municípios, pelo que a partir dessa data passou a existir referencial para a realização da consolidação de contas nos municípios.

Com a entrada em vigor em 2020 para as autarquias, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2019, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, passaram a vigorar Normas de Contabilidade Pública (NCP), estabelecendo-se os normativos de consolidação de contas orçamental e financeiro, respetivamente na NCP 26 e NCP 22.

Com a adoção do SNC-AP, existe uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente, aplicado agora às autarquias locais e às entidades reclassificadas

A consolidação surge assim, como uma medida para conseguir informação agregada das várias entidades controladas pela Câmara Municipal de Almada e que consiste em elaborar a nível de grupo (entidades juridicamente autónomas, dependentes de um centro de decisão, entidade-mãe), demonstrações financeiras idênticas às elaboradas pela entidade-mãe ou entidade consolidante.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira da situação financeira, quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito dos resultados do grupo municipal, permitindo uma melhor análise e avaliação das políticas públicas locais.

As demonstrações financeiras consolidadas devem, dessa forma, ser elaboradas e aprovadas, em conformidade com o preconizado no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, pela Câmara Municipal e de acordo com o estabelecido n.º 2 do artigo 76.º da mesma lei, submetidas à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

Período de relato: 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

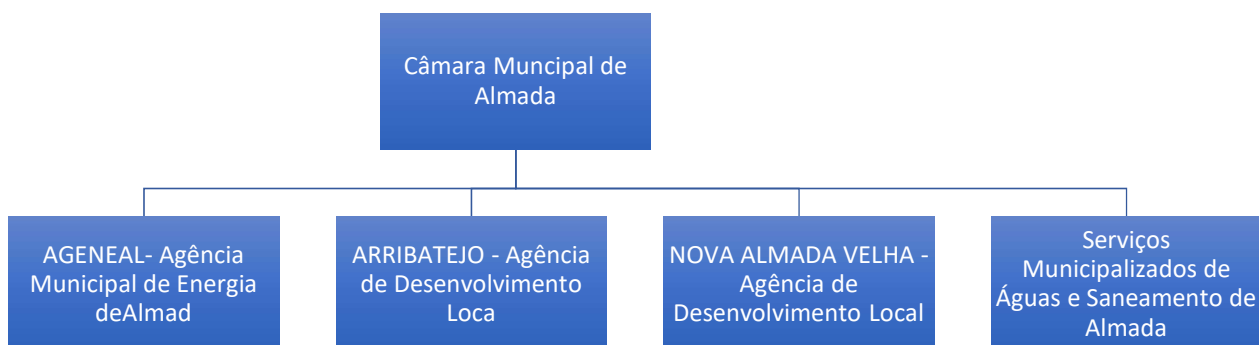
Perímetro de Consolidação do Grupo Municipal

A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental determina a apresentação e a divulgação das demonstrações orçamentais consolidadas, a NCP 1 – Estrutura e Conteúdos das demonstrações financeiras determina a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, sendo que a sua preparação e elaboração é feita nos termos da NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, para as entidades abrangidas pelo SNC-AP,

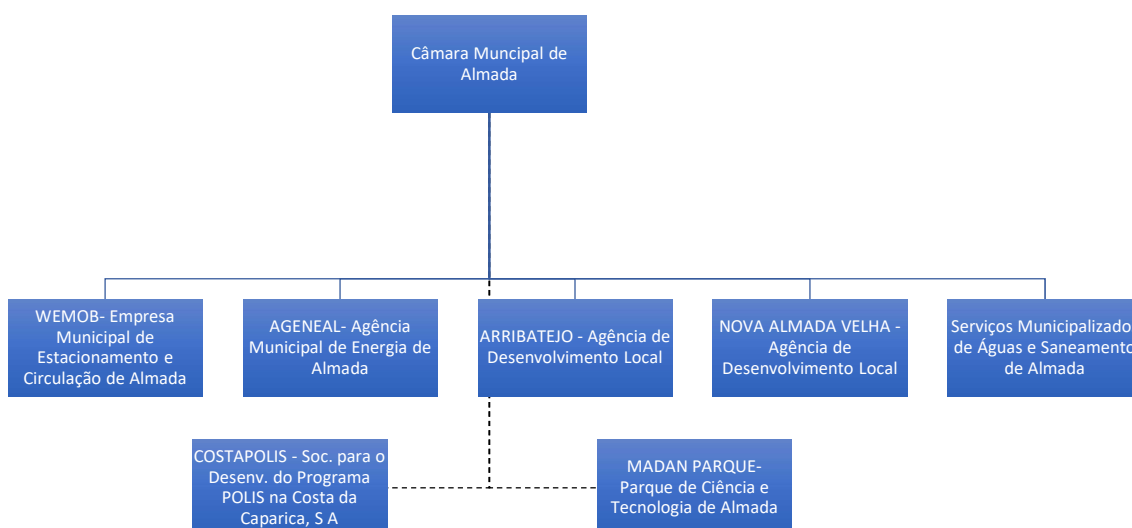
Atendendo à FAQ 18 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), existem dois níveis diferentes de preparação da prestação de contas, nomeadamente o orçamental e o financeiro, dado que as duas normas têm conceitos de perímetro de consolidação diferentes.

Resumidamente, temos que para efeitos de demonstrações orçamentais, apenas relevam para o perímetro as entidades controladas e que simultaneamente tenham sido reclassificadas para efeitos de contas nacionais. Já o perímetro para as demonstrações financeiras inclui todas as entidades controladas, independentemente da sua reclassificação para efeitos de contas nacionais.

Assim, para efeitos de perímetro orçamental temos a seguinte estrutura de grupo municipal:



Relativamente à estrutura de grupo municipal para efeitos de perímetro financeiro, temos o seguinte:



Nota:

A tracejado encontram-se as entidades que não consolidam, mas que nos termos do normativo em vigor são contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP)

A identificação das entidades e o sumário da respetiva atividade é a seguinte:

1.1 Município de Almada - NIPC 500051054 – entidade consolidante

- i. É uma autarquia local com atividades que visam a prossecução de interesses próprios da população residente, com atribuições legalmente definidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

1.2 Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada - NIPC 680017763;

- i. Captação e abastecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais e drenagem de águas pluviais

1.3 WEMOB - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada E.M. S.A. - NIPC 507001206 (não consolida nas demonstrações orçamentais)

- i. gestão de serviços de interesse geral, nos termos do previsto nos artigos 20.º n.º 1 e 45.º, da Lei n.º 20/2012, de 31 de agosto, concretamente: a) A promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, incluindo a construção, gestão, exploração, manutenção e concessão de zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície, a fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar, e a prestação de serviços conexos com estas atividades, e ainda a gestão do “Flexibus”. No âmbito do seu objeto social contêm-se a promoção de todos os procedimentos legais relativos à identificação e remoção de veículos ocupando espaços públicos, em estacionamento indevido ou abusivo, com sinais de abandono, previstos no CE, incluindo os designados veículos em fim de vida (VfV). Para prossecução do seu objeto e, em particular o descrito no número anterior, a WEMOB – EMSA, manterá em pleno funcionamento parques específicos para estacionamento temporário de veículos removidos.

1.4 NOVALMADAVELHA - Agência de Desenvolvimento Local – NIPC 504974688

- i. Potenciar o desenvolvimento integrado da cidade de Almada, através de ações e projetos que envolvam os diversos agentes, nomeadamente nos domínios de património cultural e natural, do lazer e do turismo, da animação urbana, da formação profissional e do emprego, da divulgação e do marketing.

1.5 Agência Municipal de Energia de Almada - AGENEAL – NIPC 504329073

- i. Contribuir para aumentar a eficiência energética através da utilização racional e da conservação de energia, para melhorar o aproveitamento de recursos energéticos endógenos.

1.6 ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local – NIPC 504974696.

- i. Potenciar o desenvolvimento integrado da Costa de Caparica através de ações e projetos que envolva, os diversos agentes, nomeadamente nos domínios do património cultural e natural, do lazer e do turismo

As entidades participadas pelo grupo municipal e a sua forma de contabilização demonstram-se no seguinte quadro:

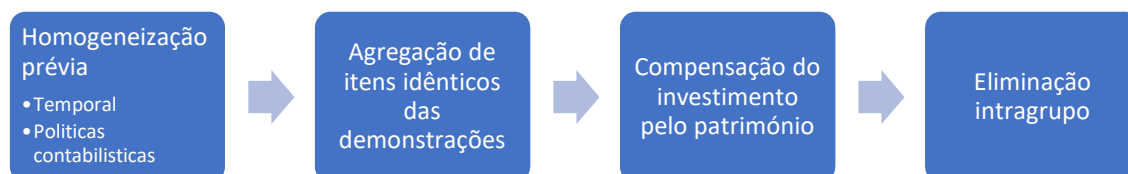
Tipo	Entidade	Percentagem de participação		Método de contabilização
		% detenção direta da CMA	% detenção no grupo	
Empresa privada participação minoritária	AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	12,33%	12,33%	custo
Empresa municipal	WEMOB - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada E.M. S.A	100,00%	100,00%	Consolidação
Empresa do setor empresarial do estado - regime privado - influência significativa	COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	40,00%	40,00%	MEP
Associação onde o grupo tem o controlo	NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	84,75%	84,75%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	61,73%	61,73%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	43,90%	65,53%	Consolidação
Associação onde o grupo tem influência significativa	MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	40,65%	MEP
Associação onde o grupo não tem influência significativa	Associação Almasciencie	16,67%	16,67%	Custo
Fundo onde o grupo não tem influência significativa	Fundo de Apoio Municipal	0,67%	0,67%	Custo
Serviços onde o grupo tem o controlo	SMAS- Serviços Municipalizados de água e Saneamento de Almada	100,00%	100,00%	Consolidação

Método da Consolidação

O método utilizado é o da consolidação integral, tanto ao nível da consolidação financeira como por analogia também com a consolidação orçamental, que consiste na integração no Balanço e Demonstração dos Resultados e outras peças financeiras e orçamentais da entidade consolidante, dos elementos respetivos dessas demonstrações das entidades consolidadas.

As rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados e de outras demonstrações são agregadas por soma das contas individuais e corrigidas pela supressão dos saldos pendentes e das transações ocorridas no exercício entre as entidades alvo de consolidação.

No esquema seguinte, temos os passos executados no âmbito da consolidação de contas.



Tendo em conta a reduzida relevância em termos de impacto da integração das contas das entidades participadas nas contas consolidadas do grupo municipal, este documento, deverá ser complementado com a leitura do relatório das contas individuais do Município de 2021.

Em anexo ao presente documento é apresentada por entidade um resumo dos seus dados, tomando como base a prestação de contas para o Tribunal de Contas.

Análise Patrimonial

Análise ao Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal, sobre os quais incidirá a respetiva análise. Relata a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do

grupo municipal à data de encerramento do exercício de 2021, dando a conhecer a estrutura:

- *económica*: Ativo do grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a *aplicação de fundos*;
- *financeira*: Capital Próprio e Passivo do grupo sendo estes a *origem de fundos*.

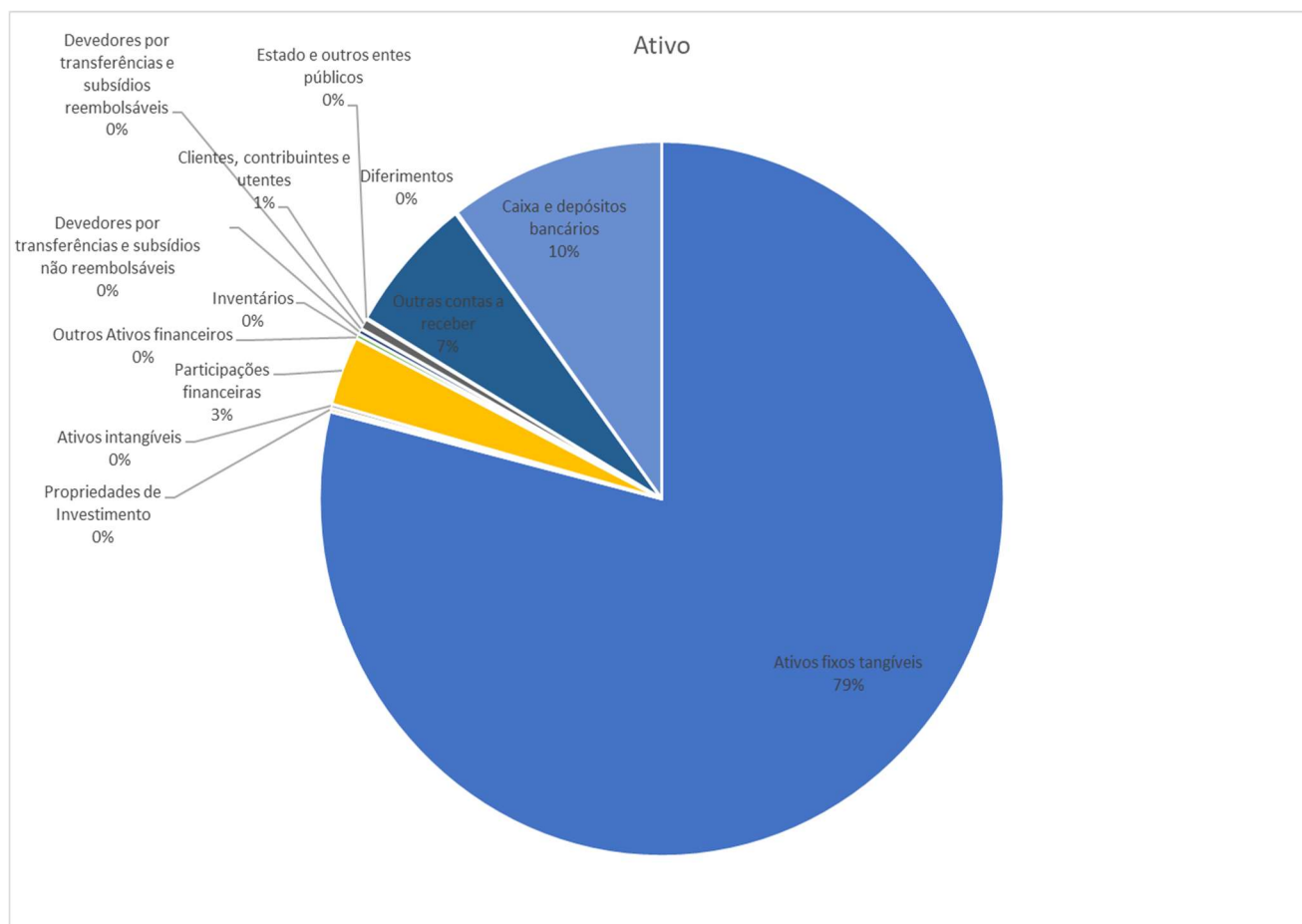
A consolidação de contas incidiu sobre a prestação de contas de 2021, com expressão nos balanços individuais seguintes:

- Município de Almada: 632.134.576,63 €;
- Serviços Municipalizados: 61.161.086,41€;
- WEMOB: 1.695.434,74€;
- Ageneal: 191.797,58 €;
- Arribatejo: 624.018,27 €;
- Novalmadavelha: 380.112,57 €.

O Balanço Consolidado, quando confrontado com o Balanço Individual do Município, permite apurar o forte peso da entidade consolidante, que exhibe aproximadamente 100% do total apurado para o grupo autárquico, sendo importante também mencionar que o facto da autarquia contabilizar nas suas contas individuais as entidades do grupo pelo Método da Equivalência Proporcional, seria esse o efeito esperado, dado que parte substancial do património das entidades sujeitas a consolidação já está integrada na rubrica de participações financeiras.

Observando a estrutura do **Ativo**, verifica-se que o Ativo não Corrente tem um peso de 82% e o Ativo Corrente apenas 18%, ambos face ao total do Ativo.

Ativo	2021	2020	Peso
Ativos não corrente	531 353 383,17	524 554 240,68	82,43%
Ativos fixos tangíveis	508 743 625,40	502 319 315,31	78,92%
Propriedades de Investimento	1 019 974,13	423 675,36	0,16%
Ativos intangíveis	1 239 553,80	1 082 621,32	0,19%
Participações financeiras	20 327 907,81	20 026 302,02	3,15%
Outros Ativos financeiros	22 322,03	17 088,59	0,00%
Diferimentos	0,00	685 238,08	0,00%
Ativo corrente	113 246 280,17	106 865 482,59	17,57%
Inventários	1 382 380,42	1 729 298,45	0,21%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 538 526,93	1 711 700,37	0,24%
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	145 623,91	0,00	0,02%
Devedores por empréstimos bonificados	0,00	25 000,00	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	3 152 952,49	4 903 644,35	0,49%
Estado e outros entes públicos	342 017,26	282 840,26	0,05%
Outras contas a receber	40 370 690,56	39 890 386,20	6,26%
Diferimentos	544 916,25	461 126,10	0,08%
Caixa e depósitos bancários	65 769 172,35	57 861 486,86	10,20%
Total do Ativo	644 599 663,34	631 419 723,27	100,00%



Os ativos fixos tangíveis da autarquia representam 79% do total do ativo, sendo que conforme já mencionado na apresentação da consolidação de contas do ano transato, existiu em 2020 uma avaliação e regularização das infraestruturas viárias e uma regularização com registo ao Valor Patrimonial Tributável de todos os bens de domínio privado que tivessem essa valorização e fossem adquiridos previamente a 2020. Em 2021 foi pela primeira vez contabilizada a rede de distribuição de energia concessionada à E-redes, resultando num acréscimo dos Ativos Fixos Tangíveis de 17,7 milhões de euros e do reconhecimento de rendimentos diferidos de 10,1 milhões de euros.

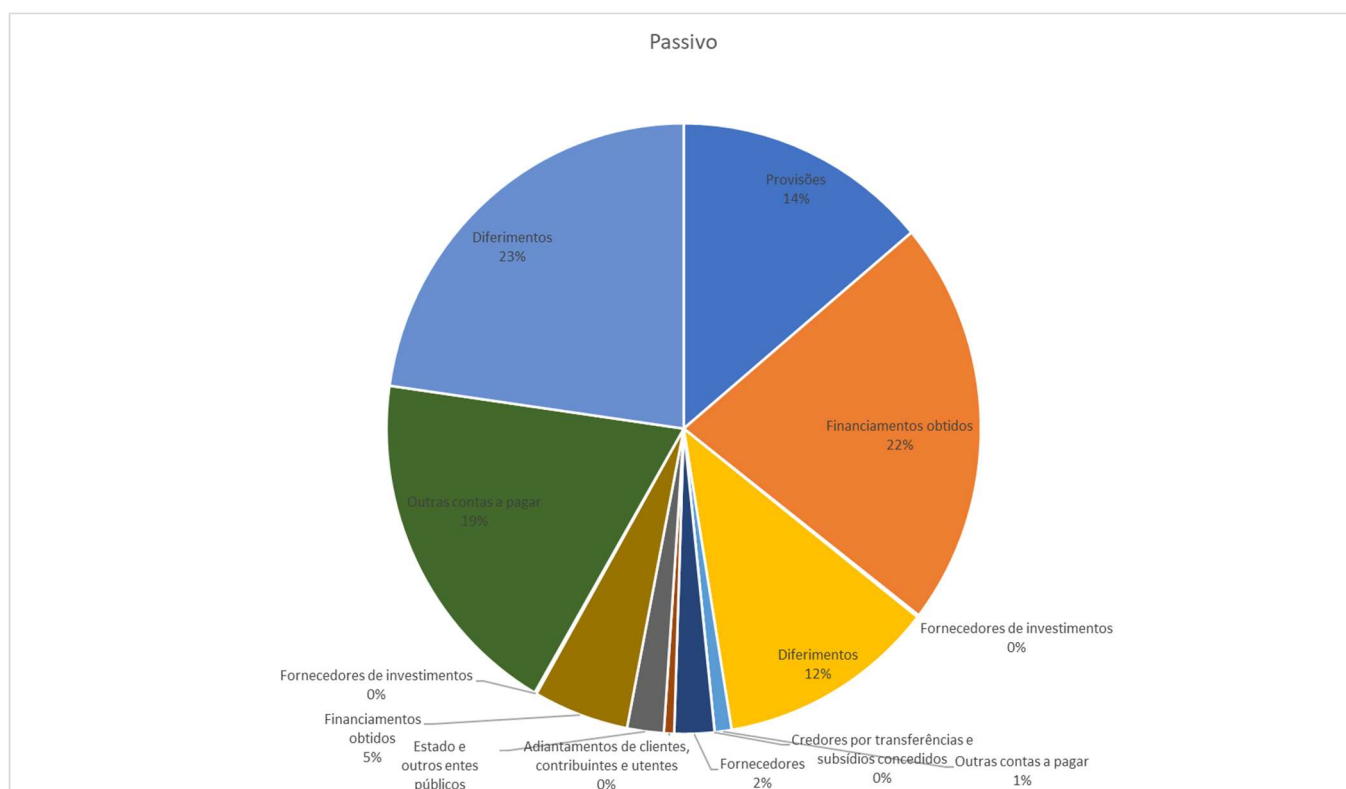
Em outras contas a receber, também se inclui a periodização económica dos impostos municipais, tendo especial relevo o Imposto Municipal sobre Imóveis, a liquidar apenas em 2022, mas referente a 2021.

A rubrica de caixa e depósitos bancários ascende a 65,8 milhões de euros e representa 10,20% do ativo total.

O valor de 3 milhões de euros registado na rubrica de clientes, já se encontra deduzido das imparidades acumuladas, representando efetivamente o montante expectável da recuperação dos saldos a receber. Em 2021 foram regularizados saldos de dívidas de anos anteriores geridas pelos SMAS e que originaram uma diminuição da rubrica de clientes de 7,1 milhões de euros.

Relativamente ao Passivo verifica-se que o mesmo, considerando até as provisões que não correspondem a obrigações orçamentais presentes, consegue ser totalmente coberto pelas disponibilidades financeiras da autarquia.

Passivo	2021	2020	Peso
Passivo não corrente	32 727 358,89	29 117 196,78	5,08%
Provisões	9 408 814,68	7 949 667,31	1,46%
Financiamentos obtidos	14 613 700,58	17 984 741,02	2,27%
Fornecedores de investimentos	74 000,00	78 800,00	0,01%
Diferimentos	8 007 588,86	1 678 136,67	1,24%
Outras contas a pagar	623 254,77	1 425 851,78	0,10%
Passivo corrente	34 976 740,03	25 162 037,12	5,43%
Credores por transferências e subsídios concedidos	2 500,00	0,00	0,00%
Fornecedores	1 470 212,87	1 543 888,52	0,23%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	376 826,49	300,00	0,06%
Estado e outros entes públicos	1 350 131,43	1 290 406,66	0,21%
Financiamentos obtidos	3 513 665,08	4 634 808,29	0,55%
Fornecedores de investimentos	77 906,84	39 486,14	0,01%
Outras contas a pagar	12 778 175,29	11 652 990,93	1,98%
Diferimentos	15 407 322,03	6 000 156,58	2,39%
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00%
Total do Passivo	67 704 098,92	54 279 233,90	10,50%
Total do Património Líquido e Passivo	644 599 663,34	631 419 723,27	100,00%



Em outras contas a pagar, encontra-se também refletida a periodização económica dos gastos, como por exemplo o subsídio de férias e encargos sociais dessas remunerações a pagar aos trabalhadores em 2022, mas relativos a direitos obtidos em 2021.

Os financiamentos obtidos compreendem a parte essencial do passivo não corrente e correspondem essencialmente a empréstimos de longo prazo e residualmente a locações financeiras.

Apresenta-se no quadro seguinte a variação das várias componentes do balanço de 2021 face a 2020.

RUBRICAS	31/12/2021	Peso no total do balanço	31/12/2020	Peso no total do balanço	Variação 2021 - 2020	
					Valor	%
Ativo						
Ativos não corrente	531 353 383,17	82,43%	524 554 240,68	83,08%	6 799 142,49	1,30%
Ativos fixos tangíveis	508 743 625,40	78,92%	502 319 315,31	79,55%	6 424 310,09	1,28%
Propriedades de Investimento	1 019 974,13	0,16%	423 675,36	0,07%	596 298,77	140,74%
Ativos intangíveis	1 239 553,80	0,19%	1 082 621,32	0,17%	156 932,48	14,50%
Participações financeiras	20 327 907,81	3,15%	20 026 302,02	3,17%	301 605,79	1,51%
Outros Ativos financeiros	22 322,03	0,00%	17 088,59	0,00%	5 233,44	30,63%
Diferimentos	0,00	0,00%	685 238,08	0,11%	-685 238,08	-100,00%
Ativo corrente	113 246 280,17	17,57%	106 865 482,59	16,92%	6 380 797,58	5,97%
Inventários	1 382 380,42	0,21%	1 729 298,45	0,27%	-346 918,03	-20,06%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 538 526,93	0,24%	1 711 700,37	0,27%	-173 173,44	-10,12%
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	N/A
Devedores por empréstimos bonificados	145 623,91	0,02%	25 000,00	0,00%	120 623,91	482,50%
Clientes, contribuintes e utentes	3 152 952,49	0,49%	4 903 644,35	0,78%	-1 750 691,86	-35,70%
Estado e outros entes públicos	342 017,26	0,05%	282 840,26	0,04%	59 177,00	20,92%
Outras contas a receber	40 370 690,56	6,26%	39 890 386,20	6,32%	480 304,36	1,20%
Diferimentos	544 916,25	0,08%	461 126,10	0,07%	83 790,15	18,17%
Caixa e depósitos bancários	65 769 172,35	10,20%	57 861 486,86	9,16%	7 907 685,49	13,67%
Total do Ativo	644 599 663,34	100,00%	631 419 723,27	100,00%	13 179 940,07	2,09%
Património Líquido	576 895 564,42	89,50%	577 140 489,37	91,40%	-244 924,95	-0,04%
Património/Capital	179 343 599,07	27,82%	179 343 599,07	28,40%	0,00	0,00%
Reservas	39 517 952,17	6,13%	39 542 210,06	6,26%	-24 257,89	-0,06%
Resultados transitados	300 213 956,95	46,57%	306 952 566,59	48,61%	-6 738 609,64	-2,20%
Ajustamentos em ativos financeiros	5 378 250,77	0,83%	5 438 163,37	0,86%	-59 912,60	-1,10%
Outras variações no património líquido	44 769 548,78	6,95%	44 549 637,75	7,06%	219 911,03	0,49%
Resultado líquido do período	7 416 237,89	1,15%	1 006 526,06	0,16%	6 409 711,83	636,82%
Interesses que não controlam	256 018,79	0,04%	307 786,47	0,05%	-51 767,68	-16,82%
Passivo						
Passivo não corrente	32 727 358,89	5,08%	29 117 196,78	4,61%	3 610 162,11	12,40%
Provisões	9 408 814,68	1,46%	7 949 667,31	1,26%	1 459 147,37	18,35%
Financiamentos obtidos	14 613 700,58	2,27%	17 984 741,02	2,85%	-3 371 040,44	-18,74%
Fornecedores de investimentos	74 000,00	0,01%	78 800,00	0,01%	-4 800,00	-6,09%
Diferimentos	8 007 588,86	1,24%	1 678 136,67	0,27%	6 329 452,19	377,17%
Outras contas a pagar	623 254,77	0,10%	1 425 851,78	0,23%	-802 597,01	-56,29%
Passivo corrente	34 976 740,03	5,43%	25 162 037,12	3,98%	9 814 702,91	39,01%
Credores por transferências e subsídios concedidos	2 500,00	0,00%	0,00	0,00%	2 500,00	N/A
Fornecedores	1 470 212,87	0,23%	1 543 888,52	0,24%	-73 675,65	-4,77%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	376 826,49	0,06%	300,00	0,00%	376 526,49	125508,83%
Estado e outros entes públicos	1 350 131,43	0,21%	1 290 406,66	0,20%	59 724,77	4,63%
Financiamentos obtidos	3 513 665,08	0,55%	4 634 808,29	0,73%	-1 121 143,21	-24,19%
Fornecedores de investimentos	77 906,84	0,01%	39 486,14	0,01%	38 420,70	97,30%
Outras contas a pagar	12 778 175,29	1,98%	11 652 990,93	1,85%	1 125 184,36	9,66%
Diferimentos	15 407 322,03	2,39%	6 000 156,58	0,95%	9 407 165,45	156,78%
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	N/A
Total do Passivo	67 704 098,92	10,50%	54 279 233,90	8,60%	13 424 865,02	24,73%
Total do Património Líquido e Passivo	644 599 663,34	100,00%	631 419 723,27	100,00%	13 179 940,07	2,09%

Importa referir que na variação total do passivo de 13,2 milhões de euros, conforme referido em ponto anterior, encontra-se incluído o aumento de diferimentos de 10,1 milhões de euros relativos ao reconhecimento pela primeira vez do contrato de concessão com a E-Redes, em conformidade com a NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente.

No quadro seguinte apresentam-se alguns dos rácios mais relevantes na análise da posição financeira da autarquia, onde é fácil concluir que existe capacidade financeira para fazer face aos passivos assumidos.

Indicadores		31/12/2021	31/12/2020	Observações
Solvabilidade I	Património líquido	576 895 564	577 140 489	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, i.e., evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de CP e MLP). Põe, assim, em destaque o grau de independência da entidade face aos seus credores
	Passivo	67 704 099	54 279 234	
Solvabilidade II	Ativo Líquido	644 599 663	631 419 723	Este indicador dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior, a unidade evidencia uma situação líquida negativa
	Passivo	67 704 099	54 279 234	
Autonomia Financeira	Património líquido	576 895 564	577 140 489	Este indicador evidencia a parte do ativo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores, Deve ser superior a 33%
	Ativo Líquido	644 599 663	631 419 723	
Liquidez Geral	Ativo corrente	113 246 280	106 865 483	Este indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo ativo circulante. Deve ser superior a 100% (situação de equilíbrio financeiro mínimo). Se for inferior a 100%, mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo. Quando maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a CP podem ser pagos nos prazos adequados.
	Passivo corrente	34 976 740	25 162 037	
Liquidez Imediata	Caixa e bancos	65 769 172	57 861 487	Este indicador é idêntico ao anterior, considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser superior a 90%
	Passivo corrente	34 976 740	25 162 037	
Indicador das Imobilizações III	Património líquido	576 895 564	577 140 489	Avalia cobertura do imobilizado pelo fundo patrimonial. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando se o fundo patrimonial é suficiente para financiar o imobilizado ou se é necessário utilizar financiamentos externos. Deve ser > 100%.
	AFT + AI + PI + PF	531 331 061	523 851 914	
Indicador das Imobilizações III	Passivo não corrente	32 727 359	29 117 197	Avalia cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de MLP. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de MLP. Em conjunto com os fundos próprios devem corresponder a 100% do ativo imobilizado.
	AFT + AI + PI + PF	531 331 061	523 851 914	
% Imobilizado Líquido Total	AFT + AI + PI + PF	531 331 061	523 851 914	Permite aferir a importância relativa do imobilizado no conjunto do ativo líquido da autarquia. Quanto maior a %, maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do ativo.
	Ativo Líquido	644 599 663	631 419 723	
Endividamento I	Passivo	67 704 099	54 279 234	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao passivo.
	Ativo Líquido	644 599 663	631 419 723	
Endividamento II	Dívidas (MLP + CP)	50 287 695	44 651 430	Mede o peso de capitais alheios no financiamento das atividades da entidade, indicando a dependência em relação a recursos de terceiros (bancos, fornecedores, recursos da atividade laboral e tributária. Uma participação próxima de 100% denota insolvência e extrema dependência de terceiros. Deve ser ≤ 60%.
	Ativo Líquido	644 599 663	631 419 723	
Endividamento de CP	Passivo corrente-Diferimentos	19 569 418	19 161 881	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio de CP utilizado pela entidade.
	Ativo Líquido	644 599 663	631 419 723	
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	50 287 695	44 651 430	Exprime a estrutura do endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quando maior for o rácio de MLP, menor será o peso das dívidas de CP na dívida total, com menores pressões na tesouraria
	Passivo sem diferimentos e provisões	34 880 373	38 651 273	
Estrutura de Endividamento II	Passivo corrente-Diferimentos	19 569 418	19 161 881	Exprime a estrutura do endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante excluindo por isso os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior
	Passivo sem diferimentos e provisões	34 880 373	38 651 273	

Análise à Demonstração de Resultados Consolidada

A generalidade das componentes dos Rendimentos e Gastos consolidados é determinada pelas contas individuais do Município e SMAS.

A Demonstração de Resultados permite avaliar o grau de eficiência conseguido em termos de atividade, de forma a efetuar uma previsão relativamente à capacidade que o grupo municipal detém para gerar fluxos de caixa.

Da análise à estrutura de rendimentos, verifica-se que o grupo tem uma independência financeira de apoio externo, dado que o somatório das rubricas de impostos e taxas, vendas e prestações de serviços, totaliza cerca 80% do total de rendimentos.

RUBRICAS	31/12/2021	Peso no total nos rendimentos
Rendimentos	138 658 945,69	100,00%
Impostos e taxas	72 625 409,85	52,38%
Vendas	11 699 125,52	8,44%
Prestações de serviços	26 444 424,22	19,07%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	20 287 282,72	14,63%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	361 518,39	0,26%
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	3 560 787,56	2,57%
Outros rendimentos e ganhos	3 597 640,09	2,59%
Juros e rendimentos similares obtidos	82 757,34	0,06%

Contribui significativamente para a capacidade financeira do município a rubrica de impostos e taxas, que totaliza em 2021 cerca de 72,6 milhões de euros.

Comparativamente com 2020 é notório o incremento das rubricas de impostos e taxas e prestação de serviços em contrapartida da diminuição da rubrica transferências correntes e subsídios à exploração obtidos.

RUBRICAS	31/12/2021	Peso no total nos rendimentos	31/12/2020	Peso no total nos rendimentos	Variação 2021-2020	
					Valor	%
Rendimentos	138 658 945,69	100,00%	123 714 674,25	100,00%	14 944 271,44	12,08%
Impostos e taxas	72 625 409,85	52,38%	61 576 066,77	49,77%	11 049 343,08	17,94%
Vendas	11 699 125,52	8,44%	11 822 324,88	9,56%	-123 199,36	-1,04%
Prestações de serviços	26 444 424,22	19,07%	21 983 423,90	17,77%	4 461 000,32	20,29%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	20 287 282,72	14,63%	22 752 600,48	18,39%	-2 465 317,76	-10,84%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	84 738,82	0,07%	-84 738,82	-100,00%
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	361 518,39	0,26%	0,00	0,00%	361 518,39	N/A
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	3 560 787,56	2,57%	0,00	0,00%	3 560 787,56	N/A
Outros rendimentos e ganhos	3 597 640,09	2,59%	5 494 534,87	4,44%	-1 896 894,78	-34,52%
Juros e rendimentos similares obtidos	82 757,34	0,06%	984,53	0,00%	81 772,81	8305,77%

Pelo quadro anterior verifica-se um aumento global dos rendimentos em 12% face ao ano de 2020, tendo contribuído para esse incremento a rubrica de Impostos e taxas, bem como a rubrica de prestação de serviços.

Inversamente, existiu uma diminuição da rubrica de transferências e subsídios à exploração e outros rendimentos e ganhos.

Analisando a estrutura de gastos constata-se que são os Gastos com o Pessoal e os Fornecimentos e Serviços Externos, os quais contribuem para o total dos Gastos Operacionais com 68%.

RUBRICAS	31/12/2021	Peso no total nos gastos
Rendimentos	131 271 527,98	100,00%
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 862 019,53	2,18%
Fornecimentos e serviços externos	36 656 911,58	27,92%
Gastos com o pessoal	52 662 622,87	40,12%
Transferências e subsídios concedidos	14 360 624,83	10,94%
Imparidade de inventários(perdas/reversões)	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	2 036 105,97	1,55%
Outros gastos e perdas	3 282 397,98	2,50%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19 088 391,67	14,54%
Juros e gastos similares suportados	318 426,65	0,24%
Imposto sobre o rendimentos	4 026,90	0,00%

Assume também um papel relevante na estrutura de gastos o montante despendido em transferências e subsídios concedidos e ainda os gastos com depreciações e amortizações, sendo que estes últimos não envolvem um dispêndio financeiro, apenas se destinam a evidenciar contabilisticamente o desgaste dos bens de investimento.

Comparativamente a 2021, temos que existiu um incremento dos gastos totais em 8,5 milhões de euros, representando cerca de 7%.

RUBRICAS	31/12/2021	Peso no total nos gastos	31/12/2020	Peso no total nos gastos	Variação 2021-2020	
					Valor	%
Rendimentos	131 271 527,98	100,00%	122 783 871,14	100,00%	8 487 656,84	6,91%
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00%	76 090,65	0,06%	-76 090,65	-100,00%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 862 019,53	2,18%	2 172 525,07	1,77%	689 494,46	31,74%
Fornecimentos e serviços externos	36 656 911,58	27,92%	36 422 977,33	29,66%	233 934,25	0,64%
Gastos com o pessoal	52 662 622,87	40,12%	49 978 628,56	40,70%	2 683 994,31	5,37%
Transferências e subsídios concedidos	14 360 624,83	10,94%	14 776 633,27	12,03%	-416 008,44	-2,82%
Imparidade de inventários(perdas/reversões)	0,00	0,00%	61 267,41	0,05%	-61 267,41	-100,00%
Provisões (aumentos/reduções)	2 036 105,97	1,55%	1 161 288,19	0,95%	874 817,78	75,33%
Outros gastos e perdas	3 282 397,98	2,50%	1 924 868,04	1,57%	1 357 529,94	70,53%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19 088 391,67	14,54%	16 015 798,97	13,04%	3 072 592,70	19,18%
Juros e gastos similares suportados	318 426,65	0,24%	188 240,76	0,15%	130 185,89	69,16%
Imposto sobre o rendimentos	4 026,90	0,00%	5 552,89	0,00%	-1 525,99	-27,48%

Em valores absolutos, contribuíram para o maior incremento dos gastos as rubricas de pessoal, depreciações e amortizações e ainda a rubrica de outros gastos e perdas. Nesta análise é necessário ter em consideração que conforme já mencionado existiu um incremento dos ativos fixos tangíveis pela análise efetuada às infraestruturas rodoviárias e alteração da mensuração para o Valor Patrimonial Tributário de bens do domínio privado (edifícios e outras construções), pelo que os gastos com depreciações tiveram um incremento substancial.

Pelos gastos e rendimentos gerados no período, o grupo municipal apurou um resultado líquido de 7.387.417,71 euros, onde 7.416.237,89 euros são atribuíveis

à entidade mãe e o montante negativo de 28.820,29 euros é atribuível com o resultado dos interesses que não controlam. Para efeitos de apuramento de Interesses que não controlam, estes ao nível do balanço totalizam 256.018,79 euros.

Análise Orçamental

Com a aplicação do SNC-AP em 2020, o perímetro orçamental da autarquia foi alterado, deixando de incluir a Wemob e pela primeira vez existiu a preparação da Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental.

Em 2021 foi apurado um total de receita de 191,3 milhões de euros, onde se inclui uma receita efetiva de 136,5 milhões de euros e o saldo de gerência orçamental transitado de 34,5 milhões de euros.

Rubrica	RECEBIMENTOS	Consolidado	
		2021	2020
	Saldo de gerência anterior	37 607 006,10	54 772 100,45
	Operações orçamentais [1]	34 525 564,80	51 380 119,04
	Restituição do saldo oper. orçamentais	0,00	51 380 119,04
	Operações de tesouraria [A]	3 081 441,30	3 391 981,41
	Receita corrente	131 430 320,48	109 915 731,52
R1	Receita fiscal	62 648 929,77	55 087 374,71
R11	Impostos diretos	62 648 929,77	55 087 374,71
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	7 209 645,53	5 134 000,37
R4	Rendimentos de propriedade	7 102 225,88	2 951 985,57
R5	Transferências Correntes	20 631 434,63	21 899 595,55
R6	Venda de bens e serviços	33 742 993,69	24 624 383,34
R7	Outras receitas correntes	95 090,98	174 554,14
	Receita de capital	4 564 919,99	1 525 438,40
R8	Venda de bens de investimento	384 666,80	97 770,50
R9	Transferências de Capital	4 172 352,18	1 391 583,60
R10	Outras receitas de capital	7 901,01	36 084,30
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	515 561,74	446 028,07
	Receita efetiva [2]	136 510 802,21	111 887 197,99
	Receita não efetiva [3]	20 278 265,59	249 446,13
R12	Receita com ativos financeiros	20 278 265,59	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	249 446,13
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	191 314 632,60	163 516 763,16
	Operações de tesouraria [B]	8 089 365,72	7 476 934,03

O total de pagamentos cifrou-se em 140,7 milhões de euros, mas destes apenas 125,1 milhões de euros correspondem a despesa efetiva, dado que como despesa não efetiva temos o pagamento de passivos financeiros em 3,4 milhões de euros e a realização de depósito a prazo de 12 milhões de euros.

Rubrica	PAGAMENTOS	Consolidado	
		2021	2020
	Despesa corrente	101 107 123,57	97 343 869,95
D1	Despesas com o pessoal	50 799 805,13	46 519 362,18
D2	Aquisição de bens e serviços	33 627 755,83	31 151 069,54
D3	Juros e outros encargos	334 153,75	186 398,78
D4	Transferências correntes	12 607 306,19	4 198 173,25
D5	Subsídios	1 270 077,27	434 600,00
D6	Outras despesas correntes	2 468 025,40	1 819 601,03
	Despesa de capital	24 028 432,94	18 278 842,71
D7	Investimento	22 393 066,98	16 686 888,81
D8	Transferências de capital	1 635 365,96	1 591 953,90
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	125 135 556,51	115 622 712,66
	Despesa não efetiva [6]	15 586 846,82	23 271 507,69
D10	Despesa com ativos financeiros	12 156 290,25	20 015 000,00
D11	Despesa com passivos financeiros	3 430 556,57	3 256 507,69
	Soma [7]=[5]+[6]	140 722 403,33	138 894 220,35
	Operações de tesouraria [C]	8 050 771,63	2 075 765,92

O total de despesa realizada e de receita arrecadada permitiu a obtenção de um saldo de gerência orçamental consolidado de 50,6 milhões de euros, que de acordo com a nova forma de contabilização em SNC-AP não inclui o montante de 12,2 milhões de euros de depósitos a prazo, sendo que em POCAL o saldo de gerência consolidado totalizaria 62,7 milhões de euros.

APURAMENTO	2021	2020
Saldo para a gerência seguinte	53 712 264,66	33 415 692,33
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	50 592 229,27	24 622 542,81
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	3 120 035,39	8 793 149,52
Saldo global [2] - [5]	11 375 245,70	-3 735 514,67
Despesa primária	124 801 402,76	115 436 313,88
Saldo corrente	30 323 196,91	12 571 861,57
Saldo de capital	-19 463 512,95	-16 753 404,31
Saldo primário	11 709 399,45	-3 549 115,89
Receita total [1] + [2] + [3]	191 314 632,60	163 516 763,16
Despesa total [5] + [6]	140 722 403,33	138 894 220,35

O saldo corrente apurado nos termos da NCP 26 é positivo em 30 milhões de euros e serviu para financiar parcialmente a despesa de capital, cujo saldo se apresenta negativo em 19 milhões de euros.

É apresentada também a demonstração consolidada dos direitos e obrigações, sendo que não foram identificados saldos orçamentais comuns entre as entidades, considera-se também que esta demonstração é referente aos direitos por receber e obrigações por pagar no final do período.

2 Demonstrações Orçamentais Consolidadas

2.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

1 — Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Rubrica	RECEBIMENTOS		Consolidado		Rubrica	PAGAMENTOS		2021	2020
	2021	2020	2021	2020		2021	2020		
	Saldo de gerência anterior	37 607 006,10	54 772 100,45						
	Operações orçamentais [1]	34 525 564,80	51 380 119,04						
	Restituição do saldo oper. orçamentais	0,00	51 380 119,04						
	Operações de tesouraria [A]	3 081 441,30	3 391 981,41						
	Receita corrente	131 430 320,48	109 915 731,52					101 107 123,57	97 343 869,95
R1	Receita fiscal	62 648 929,77	55 087 374,71	D1	Despesas com o pessoal	50 799 805,13	46 519 362,18		
R11	Impostos diretos	62 648 929,77	55 087 374,71	D11	Remunerações Certas e Permanentes	36 862 047,68	35 064 653,30		
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	2 794 616,22	2 340 405,41		
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D13	Segurança social	11 143 141,23	9 114 303,47		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	7 209 645,53	5 134 000,37	D2	Aquisição de bens e serviços	33 627 755,83	31 151 069,54		
R4	Rendimentos de propriedade	7 102 225,88	2 951 985,57	D3	Juros e outros encargos	334 153,75	186 398,78		
R5	Transferências Correntes	20 631 434,63	21 899 595,55	D4	Transferências correntes	12 607 306,19	4 198 173,25		
R51	Administrações Públicas	20 453 345,98	21 610 609,84	D41	Administrações Públicas	4 404 106,78	4 198 173,25		
R511	Administração Central - Estado	20 109 042,81	21 470 872,92	D411	Administração Central - Estado	0,00	0,00		
R512	Administração Central - Outras entidades	35 444,75	139 736,92	D412	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00		
R513	Segurança Social	0,00	0,00	D413	Segurança Social	71 149,23	0,00		
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D414	Administração Regional	0,00	0,00		
R515	Administração Local	308 858,42	43 837,84	D415	Administração Local	4 332 957,55	4 198 173,25		
R52	Exterior - UE	178 079,76	288 985,71	D42	Instituições sem fins lucrativos	6 582 653,09	8 405 266,86		
R53	Outras	8,89	0,00	D43	Famílias	1 620 546,32	93 725,06		
R6	Venda de bens e serviços	33 742 993,69	24 624 383,34	D44	Outras	0,00	337 500,00		
R7	Outras receitas correntes	95 090,98	174 554,14	D5	Subsídios	1 270 077,27	434 600,00		
	Receita de capital	4 564 919,99	1 525 438,40	D6	Outras despesas correntes	2 468 025,40	1 819 601,03		
R8	Venda de bens de investimento	384 666,80	97 770,50		Despesa de capital	24 028 432,94	18 278 842,71		
R9	Transferências de Capital	4 172 352,18	1 391 583,60	D7	Investimento	22 393 066,98	16 686 888,81		
R91	Administrações Públicas	4 172 352,18	1 391 583,60	D8	Transferências de capital	1 635 365,96	1 591 953,90		
R911	Administração Central - Estado	4 148 769,68	1 364 506,75	D81	Administrações Públicas	1 123 110,62	926 718,54		
R912	Administração Central - Outras entidades	23 582,50	27 076,85	D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00		
R913	Segurança Social	0,00	0,00	D812	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00		
R914	Administração Regional	0,00	0,00	D813	Segurança Social	0,00	0,00		
R915	Administração Local	0,00	0,00	D814	Administração Regional	0,00	0,00		
R92	Exterior - UE	0,00	0,00	D815	Administração Local	1 123 110,62	926 718,54		
R93	Outras	0,00	0,00	D82	Instituições sem fins lucrativos	512 255,34	665 235,36		
R10	Outras receitas de capital	7 901,01	36 084,30	D83	Famílias	0,00	0,00		
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	515 561,74	446 028,07	D84	Outras	0,00	0,00		
	Receita efetiva [2]	136 510 802,21	111 887 197,99	D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00		
	Receita não efetiva [3]	20 278 265,59	249 446,13		Despesa efetiva [5]	125 135 556,51	115 622 712,66		
R12	Receita com ativos financeiros	20 278 265,59	0,00		Despesa não efetiva [6]	15 586 846,82	23 271 507,69		
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	249 446,13	D10	Despesa com ativos financeiros	12 156 290,25	20 015 000,00		
				D11	Despesa com passivos financeiros	3 430 556,57	3 256 507,69		
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	191 314 632,60	163 516 763,16		Soma [7]=[5]+[6]	140 722 403,33	138 894 220,35		
	Operações de tesouraria [8]	8 089 365,72	7 476 934,03		Operações de tesouraria [C]	8 050 771,63	2 075 765,92		
					Saldo para a gerência seguinte	53 712 264,66	33 415 692,33		
					Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	50 592 229,27	24 622 542,81		
					Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	3 120 035,39	8 793 149,52		
					Saldo global [2] - [5]	11 375 245,70	-3 735 514,67		
					Despesa primária	124 801 402,76	115 436 313,88		
					Saldo corrente	30 323 196,91	12 571 861,57		
					Saldo de capital	-19 463 512,95	-16 753 404,31		
					Saldo primário	11 709 399,45	-3 549 115,89		
					Receita total [1] + [2] + [3]	191 314 632,60	163 516 763,16		
					Despesa total [5] + [6]	140 722 403,33	138 894 220,35		

2.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

2 – Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Rubrica	RECEBIMENTOS	Consolidado		Rubrica	PAGAMENTOS	2021	2020
		2021	2020				
	Receita corrente	9 940 240,44	19 945 403,79		Despesa corrente	2 032 001,72	2 186 512,08
R1	Receita fiscal	3 835,06	1 922,69	D1	Despesas com o pessoal	1 319 664,98	1 222 720,55
R11	Impostos diretos	3 835,06	1 922,69	D11	Remunerações Certas e Permanentes	609 212,79	606 879,40
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	38 723,44	33 861,37
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D13	Segurança social	671 728,75	581 979,78
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 965 857,28	1 712 259,53	D2	Aquisição de bens e serviços	711 180,10	955 006,37
R4	Rendimentos de propriedade	777 394,93	136 223,95	D3	Juros e outros encargos	521,95	674,15
R5	Transferências Correntes	601 486,71	1 257 336,68	D4	Transferências correntes	129,93	0,00
R51	Administrações Públicas	436 607,73	977 578,72	D41	Administrações Públicas	0,00	0,00
R511	Administração Central - Estado	0,00	12 653,50	D411	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	10 714,37	0,00	D412	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R513	Segurança Social	0,00	0,00	D413	Segurança Social	0,00	0,00
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D414	Administração Regional	0,00	0,00
R515	Administração Local	436 607,73	964 925,22	D415	Administração Local	0,00	0,00
R52	Exterior - UE	0,00	0,00	D42	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00
R53	Outras	139 878,98	279 757,96	D43	Famílias	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	5 235 103,12	15 868 959,35	D44	Outras	129,93	0,00
R7	Outras receitas correntes	984 153,99	968 701,59	D5	Subsídios	0,00	6 325,90
	Receita de capital	2 122 923,57	1 994 925,73	D6	Outras despesas correntes	374,83	1 785,11
R8	Venda de bens de investimento	221 439,89	178 529,39		Despesa de capital	135 436,46	79 300,75
R9	Transferências de Capital	0,00	1 546 787,74	D7	Investimento	135 436,46	74 496,37
R91	Administrações Públicas	0,00	1 500 451,52	D8	Transferências de capital	0,00	4 804,38
R911	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D81	Administrações Públicas	0,00	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	1 476 869,02	1 500 451,52	D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00	D812	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00	D813	Segurança Social	0,00	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00	D814	Administração Regional	0,00	0,00
R92	Exterior - UE	0,00	0,00	D815	Administração Local	0,00	0,00
R93	Outras	0,00	46 336,22	D82	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	88 103,78	97 737,38	D83	Famílias	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	336 510,88	171 871,22	D84	Outras	0,00	0,00
				D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	12 063 164,01	21 940 329,52		Despesa efetiva [5]	2 167 438,18	2 265 812,83
	Receita não efetiva [3]	0,00	14 119,33		Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	14 119,33	D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Receita total [4]=[1]+[2]+[3]	12 063 164,01	21 954 448,85		Despesa total [7]=[5]+[6]	2 167 438,18	2 265 812,83

3 *Demonstrações Financeiras*

3.1 Balanço Consolidado

Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	Notas	TOTAL CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativos não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	3	508 743 625,40	502 319 315,31
Propriedades de Investimento	8	1 019 974,13	423 675,36
Ativos intangíveis	5	1 239 553,80	1 082 621,32
Participações financeiras	22	20 327 907,81	20 026 302,02
Outros Ativos financeiros		22 322,03	17 088,59
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios		0,00	
Diferimentos		0,00	685 238,08
		531 353 383,17	524 554 240,68
Activo corrente:			
Inventários	10	1 382 380,42	1 729 298,45
Ativos biológicos		0,00	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	9.18	1 538 526,93	1 711 700,37
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados	9.18	145 623,91	25 000,00
Clientes, contribuintes e utentes	9.18	3 152 952,49	4 903 644,35
Estado e outros entes públicos		342 017,26	282 840,26
Outras contas a receber	9.18	40 370 690,56	39 890 386,20
Diferimentos		544 916,25	461 126,10
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	
Outros ativos financeiros		0,00	
Caixa e depósitos bancários	23	65 769 172,35	57 861 486,86
		113 246 280,17	106 865 482,59
Total do Ativo		644 599 663,34	631 419 723,27
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	23	179 343 599,07	179 343 599,07
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	
Prémios de emissão		0,00	
Reservas	23	39 517 952,17	39 542 210,06
Resultados transitados	23	300 213 956,95	306 952 566,59
Ajustamentos em ativos financeiros	23	5 378 250,77	5 438 163,37
Excedentes de revalorização		0,00	
Outras variações no património líquido	23	44 769 548,78	44 549 637,75
Resultado líquido do período		7 416 237,89	1 006 526,06
Interesses que não controlam		256 018,79	307 786,47
Total do Património Líquido		576 895 564,42	577 140 489,37
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	9 408 814,68	7 949 667,31
Financiamentos obtidos	7	14 613 700,58	17 984 741,02
Fornecedores de investimentos	18	74 000,00	78 800,00
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		0,00	
Diferimentos	23	8 007 588,86	1 678 136,67
Outras contas a pagar	18	623 254,77	1 425 851,78
		32 727 358,89	29 117 196,78
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos		2 500,00	
Fornecedores	18	1 470 212,87	1 543 888,52
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	376 826,49	300,00
Estado e outros entes públicos	23	1 350 131,43	1 290 406,66
Financiamentos obtidos	7	3 513 665,08	4 634 808,29
Fornecedores de investimentos	18	77 906,84	39 486,14
Outras contas a pagar	18	12 778 175,29	11 652 990,93
Diferimentos	23	15 407 322,03	6 000 156,58
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros		0,00	
		34 976 740,03	25 162 037,12
Total do passivo		67 704 098,92	54 279 233,90
Total do património líquido e passivo		644 599 663,34	631 419 723,27

3.2 Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada

Demonstração dos resultados por naturezas consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		31/12/2021	31/12/2020
Impostos e taxas	14	72 625 409,85	61 576 066,77
Vendas	13	11 699 125,52	11 822 324,88
Prestações de serviços	13	26 444 424,22	21 983 423,90
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	20 287 282,72	22 752 600,48
Variações nos inventários da produção		0,00	
Trabalhos para a própria entidade		0,00	84 738,82
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		361 518,39	-76 090,65
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-2 862 019,53	-2 172 525,07
Fornecimentos e serviços externos	23	-36 656 911,58	-36 422 977,33
Gastos com o pessoal	19	-52 662 622,87	-49 978 628,56
Transferências e subsídios concedidos	23	-14 360 624,83	-14 776 633,27
Prestações sociais		0,00	
Imparidade de inventários(perdas/reversões)		0,00	-61 267,41
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	9	3 560 787,56	
Provisões (aumentos/reduções)	15	-2 036 105,97	-1 161 288,19
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	
Outros rendimentos e ganhos	13/14/23	3 597 640,09	5 494 534,87
Outros gastos e perdas	23	-3 282 397,98	-1 924 868,04
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamentos		26 715 505,59	17 139 411,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.5	-19 088 391,67	-16 015 798,97
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	
Resultado operacional(antes de gastos de financiamentos)		7 627 113,92	1 123 612,23
Juros e rendimentos similares obtidos		82 757,34	984,53
Juros e gastos similares suportados		-318 426,65	-188 240,76
Resultado antes de impostos		7 391 444,61	936 356,00
Imposto sobre o rendimentos		-4 026,90	-5 552,89
Resultado líquido do período		7 387 417,71	930 803,11
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		7 416 237,89	1 006 526,06
Interesses que não controlam		-28 820,18	-75 722,95

3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa a 31 de dezembro de 2021

Rubricas	Notas	Períodos	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		43 319 690,78	32 691 532,65
Recebimentos de contribuintes		62 648 929,77	55 087 374,71
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		20 229 717,40	21 778 905,71
Recebimentos de utentes		6 559 480,54	4 596 809,85
Pagamento a fornecedores		-39 587 114,84	-36 903 379,86
Pagamentos ao pessoal		-51 379 810,67	-48 221 845,05
Pagamentos de transferências e subsídios correntes		-13 527 758,93	-14 770 205,02
	Caixa gerada pelas operações	28 263 134,05	14 259 192,99
		-2 300 950,93	469 953,42
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	25 962 183,12	14 729 146,41
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-16 311 974,22	-9 689 852,64
Ativos intangíveis		-798 182,48	-1 020 795,29
Propriedades de Investimento		-927 367,52	-15 000,00
Investimentos financeiros		-6 344,49	-83,16
Outros ativos		-335,23	-189,16
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		378 767,17	83 491,70
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		32,95	0,00
Outros ativos		280 914,42	250 309,67
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		3 695 874,68	907 824,78
Transferências de capital		476 477,50	747 324,28
Juros e rendimentos similares		74,30	1 042,28
Dividendos		78 145,22	0,00
	Fluxos de caixa das actividades de investimentos (b)	-13 133 917,70	-8 735 927,54
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 251 333,67	1 200 470,74
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-5 830 575,22	-4 167 306,29
Dividendos		-340 845,38	-193 968,85
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)	-4 920 117,02	-3 160 804,40
Variáveis de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
caixa e seus equivalentes no fim do período			
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GÊRENCIA			
Caixa e seu equivalentes no início do período			
(-)Equivalentes a Caixa no início do período			
(-) Variações cambiais de caixa no início do período			
(=)Saldo da gerência anterior			
De execução orçamental			
De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
(-)Equivalentes a Caixa no fim do período			
(-) Variações cambiais de caixa no fim do período			
(=)Saldo da gerência seguinte			
De execução orçamental			
De operações de tesouraria			

3.4 Demonstração das Alterações do Património Líquido

Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2021

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detetores do Património Líquido da entidade-mãe										Interesses que não controlam	Total do Património líquido	
		Capital/ Património Realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período			TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	[1]	179 343 599,07	0,00			39 542 210,06	306 952 566,59	5 438 163,37	0,00	44 549 637,75	1 006 526,06	576 832 702,90	307 786,47	577 140 489,37
ALTERAÇÃO NO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	-7 649 507,14	-7 078 706,94	0,00	0,00	0,00	0,00	-14 728 214,08	0,00	-14 728 214,08
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 358,04	0,00	14 358,04	0,00	14 358,04
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	7 625 249,25	340 097,30	-59 912,60	0,00	205 552,99	-1 006 526,06	7 104 460,88	-45 895,00	7 058 565,88
	[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	-24 257,89	-6 738 609,64	-59 912,60	0,00	219 911,03	-1 006 526,06	-7 609 395,16	-45 895,00	-7 655 290,16
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	[3]										7 416 237,89	7 416 237,89	-5 872,68	7 410 365,21
RESULTADO INTEGRAL	[4]=[2]+[3]										6 409 711,83	-193 157,27	-51 767,68	-244 924,95
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/património											0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas											0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações											0,00	0,00	0,00	0,00
	[5]										0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	[6]=[1]+[2]+[3]+[5]	179 343 599,07	0,00	0,00	0,00	39 517 952,17	300 213 956,95	5 378 250,77	0,00	44 769 548,78	7 416 237,89	576 639 545,63	256 018,79	576 895 564,42

3.5 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

0. NOTA DA TRANSIÇÃO

A) – Referencial contabilístico e comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro), as quais contemplam os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade, sendo que já em 2020 foi adotado o mesmo referencial contabilístico.

A CMA adotou o procedimento consignado no manual de implementação, que incorpora a opção prevista na IPSAS 33, o qual refere que as primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP devem incluir o ano anterior como informação comparativa sem necessidade de reexpressar a mesma de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes, sendo que esta possibilidade se mantém até à prestação de contas de 2022 de acordo com a FAQ 47 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

B) - Indicação e comentário às contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As Demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas correspondem às primeiras Demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC-AP.

De acordo com o estipulado no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, foram desenvolvidas regras estabelecidas, as quais passaram por:

1. Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública;
2. Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de contabilidade pública;

3. Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o POCAL numa categoria, mas de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria; e
4. Aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa. Uma apresentação verdadeira e apropriada requiere que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

A NCP 1 requer um conjunto de divulgações a efetuar neste ano de transição, as quais passamos a apresentar.

Forma como a transição de POCAL para o SNC-AP afetou a posição financeira e o desempenho financeiro relatados.

A transição de POCAL para SNC-AP teve alterações quer ao nível da apresentação, relacionadas com reclassificações em termos de plano de contas, dando cumprimento ao estabelecido no Anexo III do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro e com reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos, quer em termos de mensuração dos ativos e passivos, destacando-se:

- Mensuração dos Bens imóveis pelo seu Valor Patrimonial Tributário;
- Infraestruturas mensuradas com base na avaliação efetuada por entidade externa, com o apoio da Divisão de Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública (informação de serviço n.º 82/2021/DPAT);
- Desreconhecimento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis (firmes ou em curso) para os quais não se esperariam obter benefícios económicos futuros, e as respetivas depreciações e amortizações acumuladas, quando aplicável;
- Revisão das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Reclassificação de Imóveis para Propriedades de Investimento, nos termos da NCP 8;

- Reconhecimento pelo Método da Equivalência Patrimonial das participações onde existe controlo ou influência significativa;
- Reforço de imparidades em Contas a Receber;
- Utilização da *conta 20 – Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados* – fazendo-se relevar as operações específicas da Administração Pública nomeadamente as quantias recebidas por transferências de organismos no âmbito de empréstimos de financiamento e projetos co-financiados;
- Utilização da *conta 28 – Diferimentos* - refletindo os saldos decorrentes da aplicação da periodização económica (contas de custos diferidos e proveitos diferidos em POCAL), nomeadamente relacionados com a execução dos projetos co-financiados, que ainda não tenham sido verificadas as condições a eles associadas;
- Reclassificação para fundos patrimoniais dos valores relativos aos subsídios ao investimento (conta de proveitos diferidos em POCAL), os quais são reconhecidos em rendimentos na proporção das respetivas depreciações.

Em 2021 foi pela primeira vez obtida informação relativa à concessão de Iluminação Pública e Distribuição de Energia em Baixa Tensão com a E-Redes e que permitiu dar cumprimento ao previsto na NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, sendo que o impacto nas contas desta reclassificação para efeitos de balanço de abertura foi o seguinte:

Rubricas	Valor
Ativos Fixos Tangíveis (Ativo)	17 731 719,72
Ajustamentos de transição (Património Líquido)	7 649 507,14
Diferimentos (Passivo)	10 082 212,58

Reconciliação entre o património líquido relatado em POCAL em 31/12/2019 com o património líquido de acordo com o SNC-AP em 1/1/2020

Para além da situação mencionada acima, não existiram alterações aos ajustamentos para o balanço de abertura em SNC-AP já realizados em 2021.

As variações decorrentes da transição no património líquido são as que se apresentam no mapa abaixo.

	Valores conforme normativo anterior	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de mensuração	Imparidades/ Reversões	Outros	Reclassificações	SNC-AP
Activos não corrente:								
Activos fixos tangíveis	339.646.457,69	85.941.019,72	- 17.127.179,32	127.006.951,45	-	8.898.720,25	426.658,10	526.141.871,19
Propriedades de Investimento	-	-	-	-	-	-	426.620,16	426.620,16
Ativos intangíveis	1.354.136,27	-	317.293,46	-	-	-	-	1.036.842,81
Participações financeiras	21.320.027,09	-	-	-	-	-	-	21.320.027,09
Outros activos financeiros	13.087,41	-	-	-	-	-	-	13.087,41
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimentos	-	-	-	-	-	-	699.423,34	699.423,34
	362.333.708,46	85.941.019,72	-17.444.472,78	127.006.951,45	-	-8.898.720,25	699.385,40	549.637.872,00
Activo corrente:								
Inventários	2.027.600,20	-	-	-	-	2.231,92	260.491,95	1.764.876,33
Ativos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Devedores por transferências e subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-
Devedores por empréstimos bonificados	-	-	-	-	-	-	-	-
Clientes, contribuintes e utentes	3.852.207,21	-	-	-	157.929,73	-	-	3.694.277,48
Estado e outros entes públicos	263.987,34	-	-	-	-	511,00	-	263.476,34
Outras contas a receber	37.342.837,41	-	-	-	128.846,99	50.054,52	-	37.163.935,90
Diferimentos	1.077.936,98	-	-	-	-	-	438.931,38	639.005,60
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	55.029.072,39	-	-	-	-	49,88	-	55.029.022,51
	99.593.641,53	0,00	0,00	0,00	-286.776,72	-52.847,32	-699.423,33	98.554.594,16
Total do Ativo	461.927.349,99	85.941.019,72	-17.444.472,78	127.006.951,45	-286.776,72	-8.951.567,57	-37,93	648.192.466,16
PATRIMÓNIO LÍQUIDO								
Património/Capital	179.343.599,07	-	-	-	-	-	-	179.343.599,07
Outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	39.216.642,31	-	-	-	-	-	-	39.216.642,31
Resultados transitados	132.702.474,24	69.180.519,34	- 17.444.472,78	125.320.008,54	- 286.776,72	7.021.323,69	37,94	302.450.390,99
Ajustamentos em ativos financeiros	4.500.547,91	-	-	-	-	1.182.641,39	-	5.683.189,30
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações no património líquido	17.206.741,27	-	-	-	-	-	28.342.197,88	45.548.939,15
Resultado líquido do período	6.386.632,77	-	-	-	-	-	-	6.386.632,77
Interesses que não controlam	382.234,99	-	-	-	-	-	-	382.234,99
Total do Património Líquido	379.738.872,56	69.180.519,34	-17.444.472,78	125.320.008,54	-286.776,72	-5.838.682,30	28.342.159,94	579.011.628,58
Passivo								
Passivo não corrente								
Provisões	6.809.872,66	-	-	-	-	-	-	6.809.872,66
Financiamentos obtidos	21.565.055,14	-	-	-	-	-	18.980.798,34	40.545.853,48
Fornecedores de investimentos	83.600,00	-	-	-	-	-	83.600,00	167.200,00
Responsabilidade por benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimentos	35.548.182,94	100.419,14	-	-	-	2.253.130,83	20.540.664,82	12.653.968,15
Outras contas a pagar	5.341,89	-	-	-	-	-	7.801.533,06	7.796.191,17
	64.012.052,63	-100.419,14	0,00	0,00	0,00	-2.253.130,83	-9.277.799,54	52.380.703,12
Passivo corrente								
Credores por transferências e subsídios concedidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	1.066.078,17	-	-	-	-	16.797,56	-	1.082.875,73
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	521.964,63	-	-	-	-	-	-	521.964,63
Financiamentos obtidos	3.745.803,46	-	-	-	-	-	18.980.798,34	15.234.994,88
Fornecedores de investimentos	207.391,66	-	-	-	-	144.592,95	83.600,00	20.801,29
Outras contas a pagar	12.635.186,88	-	-	-	-	17.249,34	-	12.652.436,22
Diferimentos	-	10.082.212,58	-	-	-	-	-	10.082.212,58
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
	18.176.424,80	10.082.212,58	0,00	0,00	0,00	-110.546,05	-19.064.398,34	9.083.692,99
Total do passivo	82.188.477,43	9.981.793,44	0,00	0,00	0,00	-2.363.676,88	-28.342.197,88	61.464.396,11
Total do património líquido e passivo	461.927.349,99	79.162.312,78	-17.444.472,78	125.320.008,54	-286.776,72	-8.202.359,18	-37,94	640.476.024,69

Reconciliação do resultado relatado segundo o POCAL em 31 de dezembro de 2019 com o resultado líquido apresentado em 1/1/2020

Não se efetuaram alterações nos resultados segundo o relatado em POCAL em 31 de dezembro de 2019 e o SNC-AP em 1 de janeiro de 2020.

Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura

A CMA em 2020 efetuou um reforço de imparidades em Contas a Receber na preparação do balanço de abertura por considerar que as imparidades que estavam constituídas eram insuficientes face às perdas estimadas. O reforço efetuado foi de 337.984,01 €, tendo existido a necessidade de uma reversão de 51.207,29 €, pelo que o impacto na conta de Ajustamentos de Transição assumiu o valor líquido de 286.776,72 €. Adicionalmente, em 2021 foram efetuados trabalhos de análise e conciliação de clientes dos SMAS que resultaram na anulação de dividas do montante de 7.078.706,94 €.

Distinção dos ajustamentos que são correções de erros cometidos em períodos anteriores e alterações de políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer ajustamentos relacionados com correções de erros cometidos em anos anteriores.

Utilização do justo valor como custo considerado

Para efeitos de transição, foi considerado o Valor Patrimonial Tributário para a mensuração dos bens imóveis, passando a ser esse o custo considerado para efeitos de determinação da quantia escriturada bruta a partir de 1/1/2020.

Foi efetuada a inventariação e avaliação das infraestruturas rodoviárias municipais, para dar cumprimento ao estabelecido na NCP 5. Para o efeito foram considerados os seguintes pressupostos de reconhecimento:

- Vias inseridas em zonas urbanas consolidadas – consulta ao cadastro da DGT;
- Antigos caminhos vicinais, atualmente pavimentados e destinados ao trânsito automóvel local, de uso público, pacífico e de boa fé, que constam do cadastro rústico da DGT e já possuem toponímia atribuída;
- Vias resultantes de operações urbanísticas tituladas pelo Município e por este rececionadas;

- Vias colocadas na posse do Município por meio de instrumento legal, designadamente legislação, auto de cessão ou de transferência;
- Vias inseridas em AUGI e Núcleos de Lotes destacados, cujas obras de loteamento foram rececionadas pelo Município;

Estes Bens foram objeto de avaliação quanto ao seu estado e tipo de piso por parte da Divisão de Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública.

Através de empresa de consultoria externa, os bens foram objeto de mensuração, tendo sido atribuído um valor de 68.209.300 euros.

Este valor passa a ser o custo considerado a partir de 1/1/2020 destes ativos.

C) - Divulgações necessárias quanto às quantias comparativas reclassificadas

Apresenta-se no mapa seguinte os ajustamentos decorrentes da reclassificação das quantias decorrentes da transição do POCAL para o SNC-AP:

Em termos de transição, a CMA teve um impacto positivo no seu Património Líquido, no valor de - 241.958.899,21€.

Os impactos mais significativos estão relacionados com as seguintes matérias: Reconhecimento das Infraestruturas rodoviárias em ativos fixos tangíveis, nos termos da NCP 5, com impacto de 68.209.300,00€;

- Alteração da política de mensuração dos imóveis (Terrenos e Edifícios), para o Valor Patrimonial Tributário, com um impacto de aproximadamente 127 milhões de euros;
- Reclassificação dos Proveitos Diferidos relativos aos Subsídios ao Investimento para rubrica de Fundos Patrimoniais – Outras Variações no Património Líquido.

- Reconhecimento dos ativos de concessão com a E Redes no montante de 17.731.720,00€ e inerente registo do rendimento diferido de 10.082.213,00€, resultando num incremento do Património Líquido de 7.649.507,00€
- A anulação de dívida de clientes gerida pelos SMAS no montante de 7.078.706,04€

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Com a entrada em vigor em 2020 para as autarquias, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2019, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, passam a vigorar Normas de Contabilidade Pública (NCP), estabelecendo-se os normativos de consolidação de contas orçamental e financeiro, respetivamente na NCP 26 e NCP 22.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas regulamentada no SNC-AP pela NCP 22, sendo que ao nível das IPSAS a norma com maior relevância é a IPSAS 35 – Consolidated Financial Statements.

Atendendo à FAQ 18 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), os perímetros de consolidação orçamental e financeiro, não têm de ser coincidentes.

A identificação do perímetro de consolidação, tem subjacente a noção de controlo, pois considera-se que são incluídas no perímetro de consolidação as entidades controladas pela autarquia, definindo-se no artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro que : “O grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”

Ainda, com referência ao artigo mencionado no parágrafo anterior, define-se que o controlo se afere pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:
 - De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

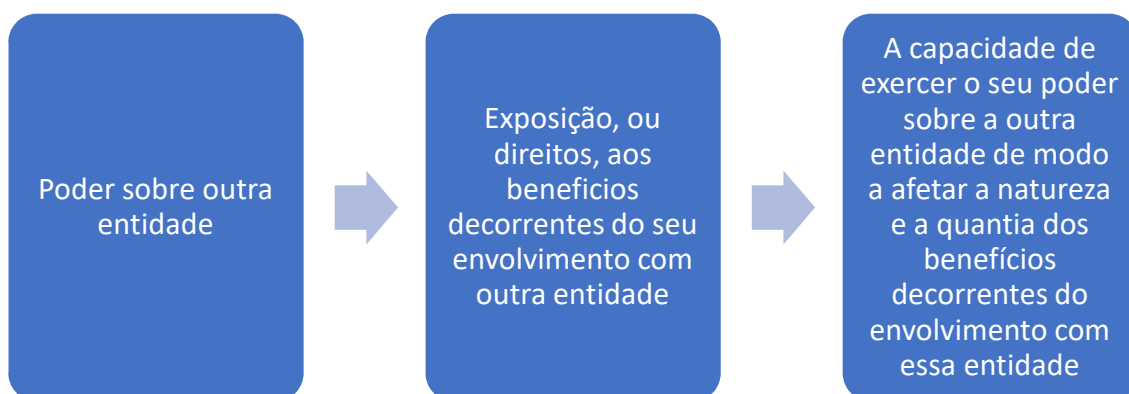
Considera-se adicionalmente que existe controlo, quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- A faculdade de vetar os orçamentos;
- A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

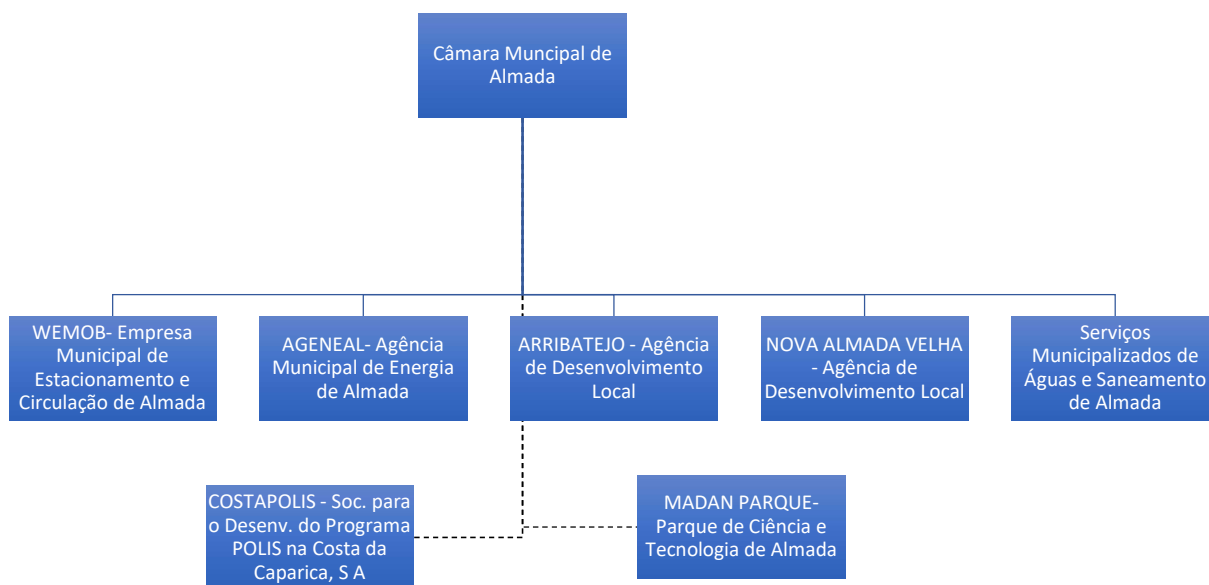
Refere-se no mesmo artigo que “Devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços municipalizados, independentemente

da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.”.

A definição de controlo estabelecida na NCP 22 é mais restritiva e define que existe controlo quando se tem cumulativamente:



Considerando a definição do perímetro de controlo para efeitos consolidação financeira preconizado na NCP 22 e Lei 73/2013, de 3 de setembro, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Almada (**Grupo Municipal**) é à data o seguinte:



Nota:

A tracejado encontram-se as entidades que não consolidam, mas que nos termos do normativo em vigor são contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP)

- No quadro seguinte apresentam-se as entidades nas quais a Câmara Municipal detém uma participação financeira, evidenciando-se a percentagem de participação e aquelas onde existe uma relação de domínio.

Tipo	Entidade	Percentagem de participação		Método de contabilização
		% detenção direta da CMA	% detenção no grupo	
Empresa privada participação minoritária	AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	12,33%	12,33%	Custo
Empresa municipal	WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	100,00%	100,00%	Consolidação
Empresa do setor empresarial do estado - regime privado - influência significativa	COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	40,00%	40,00%	MEP
Associação onde o grupo tem o controlo	NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	84,75%	84,75%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	61,73%	61,73%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	43,90%	65,53%	Consolidação
Serviços onde o grupo tem o controlo	SMAS- Serviços Municipalizados de água e Saneamento de Almada	100,00%	100,00%	Consolidação
Associação onde o grupo tem influência significativa	MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	40,65%	MEP
Associação onde o grupo não tem influência significativa	Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	16,67%	16,67%	Custo
Fundo onde o grupo não tem influência significativa	Fundo de Apoio Municipal	0,67%	0,67%	Custo

- Grupo autárquico para efeitos de consolidação**

Entidade	Entidade incluída na consolidação financeira
AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	x
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	x
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	x
WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	x
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	x

A consolidação orçamental exclui a empresa Wemob dado que esta não se encontra reclassificada para efeitos de contabilidade nacional.

- Responsáveis pelas demonstrações consolidadas**

Entidade	Entidade incluída na consolidação financeira	Demonstrações orçamentais	Demonstrações financeiras
Elaboração	Vitor Oliveira - Chefe de Divisão de Acompanhamento e Controlo da Atividade Operacional	x	x
Apresentação e divulgação	Inês de Medeiros - Presidente da Câmara Municipal	x	x
Aprovação	Câmara Municipal	x	x
Apreciação	Assembleia Municipal	x	x
Auditor externo	Salgueiro & Associados, SROC, Lda.	x	x

Em anexo apresenta-se a identificação de cada uma das entidades e responsáveis nominais pela preparação das respetivas demonstrações financeiras e orçamentais.

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

As Demonstrações financeiras consolidadas apresentadas correspondem às primeiras Demonstrações financeiras consolidadas preparadas em conformidade com o SNC-AP.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requer que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

À data a Câmara Municipal de Almada tem implementadas todas as Normas de Contabilidade Públicas que lhe são aplicáveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o referencial contabilístico, divulga-se informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos.

Conta	CONSOLIDADO	
Caixa		62 154,39
Depósitos à ordem		53 707 017,96
Depósitos à ordem no Tesouro	2 499 588,56	
Depósitos à ordem à ordem	51 207 429,40	
Depósitos a prazo		12 000 000,00
Depósitos consignados		0,00
Depósitos de garantias e cações		0,00
Total		65 769 172,35

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação. Por aplicação da opção prevista do manual de implementação do SNC-AP, aprovado pela Comissão de Normalização Contabilística, a informação relativa a anos anteriores é uma mera conversão de saldos do POCAL.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Sempre que possível e quando relevante, é apresentada informação comparativa com respeito ao período anterior.

A consistência das demonstrações financeiras consolidadas, procura ser efetuada tanto ao nível dos movimentos contabilísticos e políticas contabilísticas, como também pela apresentação e divulgação.

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras consolidadas, os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, exceto quando imateriais.

Tanto os ativos e passivos, como os rendimentos e gastos, não são sujeitos a compensação, exceto quando exigível por aplicação de uma NCP.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a CMA, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à CMA ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as regras estabelecidas no Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções.

Os ativos titulados pela Wemob, que não está sujeita ao SNC-AP na preparação das suas demonstrações financeiras individuais, não utiliza o Classificador Complementar 2, contudo

dado o escasso valor desses ativos e do facto das vidas uteis serem essencialmente idênticas, não se considerou relevante alterar a vida útil dos ativos.

Os terrenos atendendo à sua natureza não são depreciables.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil dos mesmos.

O valor residual considerado é nulo, pelo que o valor depreciável, sobre o qual incidem as amortizações, corresponde ao respetivo custo de aquisição. O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados, na rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização. Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

De acordo com o estabelecido no manual de implementação do SNC-AP, o justo valor dos imóveis do domínio privado é o seu Valor Patrimonial Tributário.

Os bens recebidos no âmbito de operações urbanísticas, quando identificado o seu justo valor, são considerados por esse montante na definição da mensuração inicial, sendo rendimento imputado ao exercício económico em que o bem é recebido.

Incluem-se em Ativos Fixos tangíveis, os bens titulados pelo Grupo Municipal, mas cedidos a terceiros em comodato ou direito de superfície, dado que a autarquia mantém o controlo quanto ao seu uso.

Os bens concessionados a terceiros, como os referentes à rede de iluminação, são considerados ativos fixos tangíveis, por aplicação dos critérios de reconhecimento da NCP 4.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos

tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os ativos intangíveis com vida útil finita, são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano, e os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis, é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, são bens com duração superior a um ano, que se destinam a obter rendas e ou valorização do capital investido.

Considera-se apenas que um ativo é propriedade de investimento, quando gera fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos pela autarquia.

Os imóveis detidos para arrendamento social, estão reconhecidos como ativos fixos tangíveis, por terem uma função social.

O critério de mensuração inicial e subsequente é idêntico ao dos ativos fixos tangíveis.

Investimentos financeiros

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

Diferimentos

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.

Clientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecimentos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.

Tem especial relevo na rubrica de outras contas a receber o acréscimo de rendimentos relacionado com a especialização do Imposto Municipal s/Imóveis cuja liquidação ocorre no exercício económico seguinte, mas referente ao imposto do ano corrente.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Grupo Municipal não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se evidenciados em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e bens destinados a venda no ciclo normal da atividade.

Anualmente são apuradas imparidades para bens cujo valor realizável é inferior ao custo, ou quando o bem não se encontra nas condições esperadas para a sua utilização na prestação de serviços.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.

Os contratos de locação financeira são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.
 - A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância e não da forma do contrato.
 - Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no Balanço o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.
 - Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas, e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo, são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.
- Os juros de empréstimos destinados ao financiamento de empreitadas são considerados como custo do ativo fixo tangível enquanto decorre a obra, enquanto a mesma decorre dentro do período normal calendarizado.

Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando o Grupo Municipal se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados inicialmente pelo justo valor e subsequentemente pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Provisões

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;

É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;

Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Grupo Municipal racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras consolidadas 'desse período.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo Municipal.

Foram também apuradas provisões para fazer face a pagamentos futuros de acidentes de trabalho, sendo a estimativa efetuada de acordo com as tábuas de mortalidade.

Outras variações de capitais próprios

Inclui-se nesta rubrica essencialmente o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (apenas após 2020), referentes a investimento já concluído e que são reconhecidos em resultados na medida em que se deprecia o bem para o qual se destinou o apoio.

Rendimentos

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na sub-rubrica de Remunerações a Liquidar.

Juros e gastos similares

Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados consolidada do período a que respeitam, e incluem os juros suportados com esses financiamentos, exceto quando o financiamento se destine a obras ainda em curso.

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebido e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica Outras variações no património líquido. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo as demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação, para além da referência, ao facto de a 24 de fevereiro de 2022, a Federação Russa lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, criando uma guerra convencional em espaço europeu sem precedentes desde a II Guerra Mundial. Esta invasão, embora sem intervenção militar direta de outros países, foi seguida de um conjunto de sanções contra o invasor pelos países democráticos do ocidente e de apoio económico e de material militar à Ucrânia, sendo unânime que o paradigma de globalização económica poderá estar seriamente afetado. À data, não é possível aferir o impacto que poderão ter as medidas de apoio à Ucrânia e de sanção à Federação Russa e Bielorrússia, bem como o fluxo de refugiados de guerra, sendo expectável, porém que exista impacto orçamental na despesa da autarquia e eventual diminuição da receita, mas tal não colocará em causa a continuidade do desenvolvimento da atividade municipal.

Nota 3 –Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas informáticos diferenciados do computador.

A depreciação dos ativos intangíveis é realizada pelo método da linha reta.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e quando não definida em análise particular, são aplicadas as seguintes de forma genérica:

	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador e sistemas de informação
Taxas de depreciação	33,33%	33,33%
Métodos de depreciação	Linha reta	Linha reta

No quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas em ativos intangíveis:

Rubrica	Designação	CONSOLIDADO									
		Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	Ativos Intangíveis	1 088 085,66	686 306,42	0,00	0,00	0,00	-3 881,00	-530 957,28	0,00	0,00	1 239 553,80
A11	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A12	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A13	Projetos de desenvolvimento	107 512,73	479,83	0,00	0,00	0,00	0,00	-73 099,56	0,00	0,00	34 893,00
A14	Programas de computador e sistemas de informação	937 001,68	677 426,59	0,00	0,00	0,00	-3 881,00	-457 857,72	0,00	0,00	1 152 689,55
A15	Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A16	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A17	Ativos intangíveis em curso	43 571,25	8 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51 971,25
	TOTAL	1 088 085,66	686 306,42	0,00	0,00	0,00	-3 881,00	-530 957,28	0,00	0,00	1 239 553,80

Detalham-se no quadro seguinte as adições e diminuições ocorridas em ativos intangíveis:

Aumentos

		CONSOLIDADO									
Rubrica	Designação	Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis	0,00	686 306,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	686 306,42
A11	Ativos intangíveis de domínio público, património	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A12	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A13	Projetos de desenvolvimento	0,00	479,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	479,83
A14	Programas de computador e sistemas de informação	0,00	685 826,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	685 826,59
A15	Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A16	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A17	Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	686 306,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	686 306,42

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: Concedente

Atualmente o Grupo Municipal tem em vigor as seguintes concessões:

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	NIPC	Objeto concessão	Período de concessão	Pagamento ao concessionário
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP, S.A	504394029	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão	20 anos	---

O contrato referido no quadro anterior, tem o seu término em junho de 2022, sendo que confere o direito a recebimentos à CMA e não tem qualquer pagamento associado, exceto em caso de resgate da concessão ou de não atribuição de nova concessão.

Pela aplicação da NCP 4 a CMA deve reconhecer como ativos de concessão os equipamentos relativos à Rede de Baixa Tensão e Iluminação Pública geridos atualmente pela EDP Distribuição, tendo para o efeito requerido informação à E-Redes (antiga EDP). Com base nesta informação, reportada a 2020, dado que para 2021 ainda não existem dados finais, estimou-se a seguinte posição no final do exercício de 2021.

Classe de ativo	Valor líquido global
Valor líquido de AFT	13 221 180,60
Diferimento de rendimento	9 805 855,55

O rendimento diferido corresponde ao montante dos Ativos Fixos Tangíveis líquido de depreciações e que tenham sido encargo da E-redes e que em caso de resgate da concessão ou não renovação, existe uma indemnização a pagar de montante sensivelmente semelhante. A autarquia não considera este montante como passivo financeiro, dado que pretende realizar um novo contrato de concessão após o término do atual.

Nota 5 –Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do grupo municipal são variados, incluem, entre outros, edifícios municipais do domínio privado e equipamento mobiliário, mas a sua principal componente é relativa às infraestruturas (rede de estradas, rede de saneamento e águas, equipamentos urbanos) e outros bens de domínio público.

Os terrenos onde se encontram implantados os equipamentos estão autonomizados nas respetivas rubricas.

Mensuração de Ativos pelo VPT

No âmbito dos trabalhos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma *NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis*, foi efetuada a avaliação de bens imóveis adquiridos em transações sem contraprestação de acordo com o seu ponto 19, o qual prevê a sua mensuração pelo valor patrimonial tributário.

Inventariação de Bens do Domínio Público

Para efeitos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma *NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis*, cujo ponto 13 prevê que as infraestruturas satisfazem a definição de ativos fixos tangíveis devem ser contabilizadas de acordo com esta norma, foi efetuada a inventariação e avaliação de infraestruturas rodoviárias municipais.

Ativos fixos tangíveis em curso

Consideram-se Ativos fixos tangíveis em curso, aqueles que ainda não se encontram disponíveis para uso, pelo que ainda não estão sujeitos a depreciação.

Vidas úteis ou taxas de depreciação

As taxas de depreciação utilizadas, para os bens referentes a infraestruturas afetas à CMA foram determinadas em relatório de empresa externa contratada para o efeito, a quando da sua avaliação pelo justo valor desses bens para efeitos de custo considerado.

O método de depreciação utilizado é o da linha reta, sendo as vidas uteis essencialmente as seguintes:

Tipo de AFT	Taxa média de depreciação
Terrenos e recursos naturais	0%
Edifícios e outras construções	5%
Equipamento básico	entre 5% a 20%
Equipamento de transporte	25%
Equipamento administrativo	13%
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2% a 25%

As variações ocorridas em ativos fixos tangíveis, resumem-se no seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis	CONSOLIDADO									
	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico,	85 620 560,91	1 745 296,94	691 580,45	0,00	0,00	0,00	-3 258 654,17	0,00	-144 083,53	84 654 700,60
Terrenos e recursos naturais	6 035 255,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 035 255,17
Edifícios e outras construções	2 766 039,12	0,00	715 273,73	0,00	0,00	0,00	-357 347,58	0,00	0,00	3 123 965,27
Infraestruturas	73 990 950,65	184 441,96	2 149 887,11	0,00	0,00	0,00	-2 889 084,20	0,00	-98 390,00	73 337 805,52
Património histórico, artístico e cultural	1 133 006,48	14 799,03	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 222,39	0,00	0,00	1 135 583,12
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	1 695 309,49	1 546 055,95	-2 173 580,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-45 693,53	1 022 091,52
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	126 734 049,45	0,00	0,00	0,00	0,00	-112 352 702,05	0,00	0,00	14 381 347,40
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	126 734 049,45	0,00	0,00	0,00	0,00	-112 352 702,05	0,00	0,00	14 381 347,40
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	416 698 754,40	14 701 441,87	-741 114,75	0,00	0,00	0,00	-20 716 740,26	0,00	-234 763,86	409 707 577,40
Terrenos e recursos naturais	178 031 707,06	114 864,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 007,45	178 134 564,52
Edifícios e outras construções	212 125 567,30	873 724,64	1 921 093,12	0,00	0,00	0,00	-17 333 089,13	0,00	-79 648,54	197 507 647,39
Equipamento básico	8 192 852,12	1 828 056,15	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 666 196,83	0,00	0,00	8 354 711,44
Equipamento de transporte	4 302 177,29	315 381,62	0,00	0,00	0,00	0,00	-545 246,49	0,00	-69 760,16	4 002 552,26
Equipamento administrativo	1 307 229,33	553 451,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-564 217,69	0,00	-1 182,65	1 295 279,99
Equipamentos biológicos	4 210,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-141,69	0,00	0,00	4 068,79
Outros	2 791 353,32	124 200,10	0,00	0,00	0,00	0,00	-607 848,43	0,00	-2 346,96	2 305 358,03
Ativos fixos tangíveis em curso	9 943 657,50	10 891 763,45	-2 662 207,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-69 818,10	18 103 394,98
TOTAL	502 319 315,31	143 180 788,26	-49 534,30	0,00	0,00	0,00	-136 328 096,48	0,00	-378 847,39	508 743 625,40

A desagregação das adições e diminuições resumem-se nos quadros seguintes:

Aumentos

Ativos Fixos Tangíveis	CONSOLIDADO										
	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	184 441,96	184 441,96
Património histórico, artístico e cultural	0,00	14 799,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 799,03
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	1 546 055,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 546 055,95
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	925 943,59	0,00	0,00	0,00	125 808 105,86	0,00	0,00	0,00	0,00	126 734 049,45
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00	-62,77	0,00	0,00	0,00	84 927,68	114 864,91
Edifícios e outras construções	0,00	872 591,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	872 591,14
Equipamento básico	0,00	1 830 942,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 752,87	1 829 189,65
Equipamento de transporte	0,00	315 381,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315 381,62
Equipamento administrativo	0,00	553 451,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	553 451,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	124 200,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124 200,10
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	10 891 763,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 891 763,45
TOTAL	0,00	17 075 128,40	0,00	0,00	30 000,00	125 808 043,09	0,00	0,00	0,00	267 616,77	143 180 788,26

Diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	CONSOLIDADO					
	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico	0,00	0,00	0,00	0,00	-144 083,53	-144 083,53
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	-98 390,00	-98 390,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-45 693,53	-45 693,53
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	-91 655,99	0,00	0,00	-143 107,87	-234 763,86
Terrenos e recursos naturais	0,00	-12 007,45	0,00	0,00	0,00	-12 007,45
Edifícios e outras construções	0,00	-79 648,54	0,00	0,00	0,00	-79 648,54
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	-69 760,16	-69 760,16
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 182,65	-1 182,65
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 346,96	-2 346,96
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-69 818,10	-69 818,10
TOTAL	0,00	-91 655,99	0,00	0,00	-287 191,40	-378 847,39

Por constrangimentos técnicos no seu lançamento, os valores correspondentes às diminuições encontram-se completamente refletidos na coluna de “Outras” independentemente da sua origem.

Nota 6 – Locações

Apresenta-se no quadro seguinte a informação agregada dos contratos de locação, comunicados pelas entidades do Grupo Municipal e considerados relevantes.

A desagregação dos contratos de locação acima mencionados apresenta-se no mapa seguinte:

- 6.1 Locações Operacionais - Locatário

Identificação do Bem	Nr Contrato	Designação	LOCADOR		Início da locação	Investimento bruto na locação	Investimento líquido na locação	Visto do TC		Condições				Reconhecimento inicial da locação		Pagamentos da locação										Passivo remanescente				
			Número	Data				Prazo (meses)	TAE G	Custos diretos iniciais	Rendas		Começo do prazo da locação	Passivo	Ativo	Encargos financeiros					Redução do passivo pendente			Rendas contingentes	No início de N	No final de N				
											N.º	Periodicidade				Juros contratuais		Juros de mora		Outros encargos		Até N	Em N				Previstos após N			
			Até N	Em N				Previstos após N	Até N	Em N	Previstos após N	Até N	Em N	Previstos após N	Até N	Em N	Previstos após N													
1 viatura ligeira de mercadorias com cabine simples e plataforma elevatória com alcance de 23 mt	215294	Santander Totta	500844321	01/05/2017	72 000,00		2841 (2016)	16/02/2017	60			20+VR	Trimestral			2 004,76	175,71	20,30								52 565,84	14 376,45	5 057,71	19 434,16	5 057,71
1 viatura ligeira de mercadorias, com tração 4x4	218097	Santander Totta	500844321	15/10/2017	53 900,00		1912	16/02/2017	60			20+VR	Trimestral			1 384,84	529,63	35,47							34 020,40	10 695,43	9 184,17	19 879,60	9 184,17	
4 viaturas ligeiras de mercadorias, cabine dupla, com 3500 kg e plataforma elevatória	218538	Santander Totta	500844321	01/02/2018	158 580,00		2822	23/08/2017	60			20+VR	Trimestral			3 867,45	682,06	297,96							92 291,91	31 371,06	34 927,03	66 298,09	34 927,03	
2 viaturas pesadas de mercadorias de 10 ton	218781	Santander Totta	500844321	01/07/2018	179 900,00		144	21/03/2019	60			20+VR	Trimestral			533,48	1 432,92	1 663,42							17 636,50	34 907,04	92 782,36	127 689,40	92 782,36	
2 viaturas pesadas de mercadorias de 10 ton	221088	Santander Totta	500844321	01/09/2018	233 000,00		3754	08/03/2019	60			20+VR	Trimestral			2 437,06	1 453,32	1 684,40							67 737,38	45 329,64	119 932,98	165 262,62	119 932,98	
7 viaturas pesadas mercadorias de 7 toneladas e plataforma elevatória	219551	Santander Totta	500844321	15/06/2018	339 990,00		416	09/05/2019	60			20+VR	Trimestral			4 104,53	1 938,49	2 008,18							115 329,96	66 309,79	158 350,25	224 690,04	158 350,25	
Aquisição de 8 viaturas pesadas de RU	1915268	Bankinter	880547490	15/07/2018	109 900,00		866	16/05/2019	60			20+VR	Trimestral			585,67	346,36	402,60							32 096,51	21 439,76	56 263,73	77 703,49	56 263,73	
Aquisição de duas viaturas automóveis	1915269	Bankinter	880547490	15/10/2018	303 900,00		867	16/05/2019	60			20+VR	Trimestral			1 333,67	1 038,26	1 327,50							74 046,67	59 266,02	170 587,31	229 853,33	170 587,31	
Aquisição de 5 viaturas automóveis	1915271	Bankinter	880547490	15/11/2018	678 375,00		868	16/05/2019	60			20+VR	Trimestral			1 333,67	3 000,92	1 327,50							214 020,26	171 299,08	493 055,66	664 354,74	493 055,66	
Total					2 328 365,00	0,00				0,00	0,00			0,00	0,00	17 585,13	10 599,67	8 767,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	699 745,43	454 994,27	1 140 141,20	0,00	1 595 135,47	1 140 141,20

- 6.2 Locações Operacionais - Locador

Descrição	Início	Fim	Entidade	NIF	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor Recebido 2021	Observações
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Quinta de Santo António, Bloco 6, R/c Esq., Laranjeiro Minimercado	01/10/1975	01/04/2022	Maria Isabel Cortes Mariano Dias	170306283	558	58,00	32 364,00	696,00	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Manuel José Gomes, N.º 14, Cova da Piedade Restaurante	25/09/2000	01/01/2022	Manuel Virgílio Costa Pereira	221265675	255	4,00	1 020,00	48,00	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Bairro Social da Trafaria- Bloco 2-Cave, Trafaria Minimercado	01/09/1972	01/03/2022	Manuel Bernardo	106753061	594	92,00	54 648,00	1 104,00	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Latino Coelho, N.º 1, R/c, Almada Restaurante	06/11/1992	01/01/2022	António Augusto dos Santos Boinhas	148392407	349	102,00	35 598,00	1 326,00	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Manuel Febrero, N.º 114, Mutela, Cova da Piedade Oficina	01/10/2016	31/12/2021	Mecânica Piedense Lda	500189145	62	253,00	15 686,00	3 036,00	Serviços
Contrato de Arrendamento não habitacional Jardim Urbano da Costa na Costa de Caparica Restaurante R1	15/06/2010	15/06/2025	Coisas de Água, Lda.	509434290	180	766,00	137 880,00	9 192,00	Comércio
Contrato de Arrendamento não habitacional Jardim Urbano da Costa na Costa de Caparica Restaurante R2	20/12/2013	20/12/2025	Ivo Carlos Rodrigues Ganchinho Pereira	234441925	144	766,00	110 304,00	7 660,00	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua da Cerca, Almada Cafetaria Casa da Cerca	12/05/2014	12/05/2022	Sofia & Susana Madeira - Casa de Chá Lda	509183972	96	355,00	34 080,00	4 260,00	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Avenida D.Nuno Álvares Pereira, N.º 74 A,B,C,D Gabinete de Apoio à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	09/02/2021	31/12/2022	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	502547952	22	5,00	110,00	60,00	Comércio
Contrato de Arrendamento não Habitacional Praça da Liberdade, Almada Cafetaria Forum Municipal Romeu Correia	01/04/2016	01/04/2022	Virgulas Gratuitas Lda.	513742263	72	812,00	58 464,00	9 744,00	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Av. 25 de Abril, N.º 16 - 1.º Esq., Cacilhas Residência de Suporte à Autonomia	20/05/2020	20/05/2022	GIRA – Grupo de Intervenção e Reabilitação Ativa	503532150	24	5,00	120,00	60,00	Serviços de Ação Social
Contrato de arrendamento não habitacional Av.º D João I, N.º 35, R/c, Almada (RE)AGE em Rede - CLDS-4G	06/08/2020	06/08/2023	Santa Casa da Misericórdia de Almada	501111859	36	4,39	158,04	52,68	Serviços de Ação Social
Total						3 222,39	480 432,04	37 238,68	

- 6.3 Locações financeiras

Através da empresa WEMOB foi contratualizado uma locação financeira a médio longo prazo, de uma viatura pesada de passageiros- minibus, no montante de 67.750 euros, sendo o valor em dívida a 31 de dezembro de 37.079,63 euros.

A CMA detêm também diversas locações financeiras relativas a viaturas e outro material de transporte, sendo o valor em dívida a 31 de dezembro de 1.140.141,20 euros, onde 447.350,55 euros são exigíveis em 2021.

Locações Financeiras	Corrente	Não Corrente	Total
Locação financeira (Wemob)		37 079,63	37 079,63
Locação financeira (CMA)	447 350,55	692 790,65	1 140 141,20
Total Locações Financeiras	447 350,55	729 870,28	1 177 220,83

Nota 7 –Custo dos empréstimos obtidos

Detalha-se no quadro seguinte os empréstimos por tipologia

Maturidade dos Financiamentos	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários			
Curto prazo - tesouraria (Wemob)	146 000,00	0,00	146 000,00
Médio Longo Prazo (CMA)	2 903 325,90	13 900 818,85	16 804 144,75
Total Empréstimos	3 049 325,90	13 900 818,85	16 950 144,75
Locações financeiras			
Locação financeira (Wemob)	16 988,63	20 091,00	37 079,63
Locação financeira (CMA)	447 350,55	692 790,65	1 140 141,20
Total Locações Financeiras	464 339,18	712 881,65	1 177 220,83
Total Financiamentos	3 513 665,08	14 613 700,50	18 127 365,58

Nos quadros seguintes detalham-se os empréstimos de médio longo prazo.

Para efeitos de apresentação da posição financeira, os empréstimos de médio longo prazo distinguem-se da seguinte forma, entre corrente e não corrente:

EMPRÉSTIMOS-serviço da dívida	Corrente		Não Corrente	
	AMORTIZAÇÃO	JURO	AMORTIZAÇÃO	JURO
Caixa Geral de Depósitos:	970 897,63	6 114,02	1 755 744,97	14 046,21
CONVENTO CAPUCHOS	22 843,61	0,00	0,00	0,00
C.G.D. - I.N.H.:			0,00	0,00
132 FOGOS / Habitação Social	62 116,07	225,85	31 124,72	45,22
128 FOGOS / Habitação Social	72 890,09	265,03	36 523,31	53,07
112 FOGOS / PER	81 928,94	343,32	0,00	0,00
33 FOGOS / PER	18 581,78	233,78	28 066,63	156,33
147 FOGOS / PER	92 818,00	908,97	93 334,48	390,60
126 FOGOS / PER	105 875,27	442,48	0,00	0,00
188 FOGOS / PER	244 778,74	0,00	0,00	0,00
68 FOGOS / PER	59 218,14	0,00	236 872,53	0,00
87 FOGOS / PER	75 984,43	1 347,54	498 449,95	4 242,60
188 FOGOS / PER (1º reforço)	26 061,19	0,00	0,00	0,00
188 FOGOS / PER (2º reforço)	5 042,55	0,00	0,00	0,00
58 FOGOS / PER	58 241,84	1 372,83	471 297,79	5 357,59
55 FOGOS / PER	44 516,98	974,22	360 075,56	3 800,80
Banco BPI:	999 532,01	64 969,58	7 343 300,94	233 892,29
ESCOLAS BÁSICAS	142 513,96	0,00	855 083,71	0,00
REDE ESCOLAR	125 734,82	10 572,67	880 143,74	35 810,65
REGENERAÇÃO URBANA	344 853,40	28 997,70	2 413 973,80	98 218,02
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA	386 429,83	25 399,21	3 194 099,69	99 863,62
Banco Santander Totta:	668 750,00	29 842,97	3 009 375,00	63 949,22
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	668 750,00	29 842,97	3 009 375,00	63 949,22
Empréstimos - Quadro:	264 146,26	0,00	1 792 397,94	0,00
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	235 833,36	0,00	1 650 833,50	0,00
EMISSÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	28 312,90	0,00	141 564,44	0,00
TOTAL EMPRESTIMOS BANCÁRIOS	2 903 325,90	100 926,57	13 900 818,85	311 887,72

No quadro seguinte apresenta-se a exigibilidade dos empréstimos contratados de médio longo prazo.

EMPRÉSTIMOS-Serviço da dívida	2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR
Caixa Geral de Depósitos:	970 897,63	6 114,02	418 049,49	3 863,69	248 213,77	2 819,51	239 284,45	2 341,12	239 737,91	1 887,68	180 974,35	1 433,09	181 430,08	977,37	143 223,28	520,50	104 832,59	203,25
CONVENTO CAPUCHOS	22 843,61	0,00																
C.G.D. - I.N.H.:																		
132 FOGOS / Habitação Social	62 116,07	225,85	31 124,72	45,22														
128 FOGOS / Habitação Social	72 890,09	265,03	36 523,31	53,07														
112 FOGOS / PER	81 928,94	343,32																
33 FOGOS / PER	18 581,78	233,78	18 685,17	130,23	9 381,61	26,10												
147 FOGOS / PER	92 818,00	908,97	93 335,28	390,60														
126 FOGOS / PER	105 875,27	442,48																
188 FOGOS / PER	244 778,74	0,00																
68 FOGOS / PER	59 218,14	0,00	59 218,14	0,00	59 218,13	0,00	59 218,13	0,00	59 218,13	0,00								
87 FOGOS / PER	75 984,43	1 347,54	76 173,53	1 163,07	76 358,44	978,16	76 543,80	792,80	76 729,62	606,99	76 915,88	420,72	77 102,59	234,01	38 626,09	46,85		
188 FOGOS / PER (1º reforço)	26 061,19	0,00																
188 FOGOS / PER (2º reforço)	5 042,55	0,00																
58 FOGOS / PER	58 241,84	1 372,83	58 368,01	1 217,55	58 523,70	1 061,86	58 679,82	905,74	58 836,34	749,22	58 993,29	592,27	59 150,65	434,91	59 308,44	277,12	59 437,54	118,92
55 FOGOS / PER	44 516,98	974,22	44 621,33	863,95	44 731,89	753,39	44 842,70	642,58	44 953,82	531,47	45 065,18	420,10	45 176,84	308,45	45 288,75	196,53	45 395,05	84,33
Banco BPI:	999 532,01	64 969,58	1 002 279,34	57 042,05	1 005 121,60	49 093,93	1 007 984,63	41 125,04	1 010 868,56	33 135,27	1 013 773,59	25 124,40	1 016 699,79	17 092,33	877 133,43	9 038,89	409 588,68	2 240,38
ESCOLAS BÁSICAS	142 513,96	0,00	142 513,96	0,00	142 513,95	0,00	142 513,95	0,00	142 513,95	0,00	142 513,95	0,00	142 513,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REDE ESCOLAR	125 734,82	10 572,67	125 734,82	9 208,45	125 734,82	7 844,24	125 734,82	6 480,02	125 734,82	5 115,81	125 734,82	3 751,59	125 734,82	2 387,38	125 734,82	1 023,16		
REGENERAÇÃO URBANA	344 853,40	28 997,70	344 853,40	25 256,06	344 853,40	21 514,42	344 853,40	17 772,78	344 853,40	14 031,15	344 853,40	10 289,51	344 853,40	6 547,87	344 853,40	2 806,23		
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA	386 429,83	25 399,21	389 177,16	22 577,54	392 019,43	19 735,27	394 882,46	16 872,24	397 766,39	13 988,31	400 671,42	11 083,30	403 597,62	8 157,08	406 545,21	5 209,50	409 588,68	2 240,38
Banco Santander Totta:	668 750,00	29 842,97	668 750,00	24 158,59	668 750,00	18 474,22	668 750,00	12 789,85	668 750,00	7 105,47	334 375,00	1 421,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	668 750,00	29 842,97	668 750,00	24 158,59	668 750,00	18 474,22	668 750,00	12 789,85	668 750,00	7 105,47	334 375,00	1 421,09						
Empréstimos - Quadro:	264 146,26	0,00	264 146,25	0,00	264 146,25	0,00	264 146,25	0,00	264 146,25	0,00	264 146,24	0,00	235 833,35	0,00	235 833,35	0,00	0,00	0,00
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	235 833,36	0,00	235 833,36	0,00	235 833,36	0,00	235 833,36	0,00	235 833,36	0,00	235 833,36	0,00	235 833,35	0,00	235 833,35	0,00		
EMISSÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	28 312,90	0,00	28 312,89	0,00	28 312,89	0,00	28 312,89	0,00	28 312,89	0,00	28 312,88	0,00						
TOTAL EMPRESTIMOS BANCÁRIOS	2 903 325,90	100 926,57	2 353 225,08	85 064,33	2 186 231,62	70 387,66	2 180 165,33	56 256,01	2 183 502,72	42 128,42	1 793 269,18	27 978,58	1 433 963,22	18 069,70	1 256 190,06	9 559,39	514 421,27	2 443,63

Nota 8 – Propriedades de Investimento

a) Bases de mensuração

Os bens classificados como Propriedades de Investimento, estão registados pelo seu custo.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP - (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada.

Escriturada e movimentos do período:

RUBRICAS	CONSOLIDADO											
	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do justo valor)							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à entidade	Ganhos de justo valor	Perdas de justo valor	Diferenças cambiais	Depreciações do período	Diminuições			Rendas	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	526 491,95	0,00
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	352 999,67	12 007,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365 007,12			
Edifícios e outras construções	70 675,69	618 687,85	0,00	0,00	0,00	0,00	-34 396,53	0,00	654 967,01			
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	423 675,36	630 695,30	0,00	0,00	0,00	0,00	-34 396,53	0,00	1 019 974,13	0,00	0,00	0,00

Nota 9 –Imparidade de ativos financeiros

No quadro seguinte identificam-se as imparidades de ativos financeiros

Ativo	Consolidado				
	Quantia bruta 31.12.2021	Imparidade acumulada a 1.1.2021	Varição	Imparidade acumulada a 31.12.2021	Quantia Recuperável
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	1 802 673,19	42 152,55	76 369,80	168 522,35	1 684 150,84
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis- não corrente	-	-	-	-	-
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis - corrente	1 538 526,93	-	-	-	1 538 526,93
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis- Corrente	264 146,26	42 152,55	-	118 522,35	145 623,91
	-	-	-	-	-
Cientes, contribuintes e utentes	7 183 015,76	7 575 255,22	- 3 545 191,95	4 030 063,27	3 152 952,49
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	7 183 015,76	7 575 255,22	- 3 545 191,95	4 030 063,27	3 152 952,49
	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	40 492 570,67	1 227,68	- 519,84	121 880,11	40 370 690,56
Pessoal	4 640,61	1 227,68	- 519,84	707,84	3 932,77
Devedores por acréscimos de rendimentos	39 233 331,54	-	-	-	39 233 331,54
Adiantamento fornecedor imobilizado	59 666,25	-	-	-	59 666,25
Cauções entregues pelos SMAS	15 500,00	-	-	-	15 500,00
Devedores diversos	1 179 432,27	-	-	121 172,27	1 058 260,00
	-	-	-	-	-
Total	49 478 259,62	7 618 635,45	- 3 469 341,99	4 320 465,73	45 207 793,89

As imparidades apuradas, resultam essencialmente de montantes liquidados a terceiros, onde se espera que existam riscos significativos de cobrabilidade.

Nota 10 –Inventários

A decomposição da rubrica de inventário é a seguinte:

Rubricas	CONSOLIDADO		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	28 810,09	0,00	28 810,09
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 423 480,65	69 910,32	1 353 570,33
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 452 290,74	69 910,32	1 382 380,42

Inventários : movimento do período :

Rubricas	CONSOLIDADO								
	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras liquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)	
Mercadorias	24 851,28	3 996,57	37,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 810,09
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 774 357,49	2 507 113,57	2 857 990,41	0,00	69 910,32	0,00	0,00	0,00	1 353 570,33
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 799 208,77	2 511 110,14	2 858 028,17	0,00	69 910,32	0,00	0,00	0,00	1 382 380,42

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos com contraprestação e o seu impacto em resultados.

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

Tipo de rendimento	CONSOLIDADO	
	Rendimento do período reconhecido em Resultados	Rendimento do período reconhecido em Resultados
	31/12/2021	31/12/2020
Prestações de serviços	26 444 424,22	21 983 423,90
Vendas de bens	11 699 125,52	11 822 324,88
Outros rendimentos	819 373,27	3 100 816,36
TOTAL	38 962 923,01	36 906 565,14

Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Rendimentos de transações sem contraprestação	Consolidado	
	2021	2020
Impostos diretos	37 519 607,02	37 994 983,68
Impostos indiretos	27 485 826,00	18 083 160,00
Taxas	7 213 659,15	5 385 932,71
Outros Rendimentos de impostos e taxas	406 317,68	111 990,38
Subtotal	72 625 409,85	61 576 066,77
Transferências correntes e subsídios	20 287 282,72	22 752 600,48
Subtotal	20 287 282,72	22 752 600,48
Rendimentos de subsídios ao investimento	1 651 658,26	1 558 690,11
Outros	1 126 608,56	0,00
Subtotal	2 778 266,82	1 558 690,11
Total	95 690 959,39	85 887 357,36

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Apresenta-se no seguinte quadro o detalhe da rubrica de provisões e as respetivas variações:

	CONSOLIDADO			
	Saldo a 1.1.2021	Utilização	Incremento	Saldo 31.12.2021
Provisões processos judiciais	7 225 998,95	608 705,49	2 043 197,83	8 660 491,29
Provisões para acidentes de trabalho e doenças profissionais	723 668,36	38 942,43	13 372,46	698 098,39
Outras Provisões	0,00	0,00	50 225,00	50 225,00
Total	7 949 667,31	647 647,92	2 106 795,29	9 408 814,68

Encontra-se constituída uma provisão para encargos judiciais em processo com a APA, relativo ao valor da taxa de recursos hídricos, tendo sido provisionado o montante que os SMAS esperam ter de suportar. A Wemob criou em 2020 uma provisão de 11.650 euros para fazer face a potenciais encargos judiciais. No quadro seguinte detalha-se a totalidade dos processos judiciais da responsabilidade da CMA e o respetivo valor considerado em provisão.

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Data prevista assunção responsabilidade	Valor
6767/11.3TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	Indemnização já liquidada, na totalidade, ao Município de Almada. Aguarda-se a realização de pagamento ainda a alguns expropriados		4 070,00
7200/12.9TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	Aguarda-se confirmação de restituição ao Município do valor de € 459,00, resultante de liquidação de taxas de justiça pagas a mais		969,00
6286/13.3TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	Processo com visto em correição desde 04/06/2018, quantia indemnizatória integralmente recebida por parte do Município, falta receber, a título de custas de parte o valor de € 4.794,00		4 794,00
405/13.8EALM	Ação Administrativa Especial - Pretensão conexa Atos Administrativos	CONSTRUCENTRO - Construções Civis do Centro, Lda.	Município de Almada	Decorre atualmente prazo para que a Autora se pronuncie sobre o conteúdo do PA junto aos autos fisicamente, por ordem do Tribunal		48 970,88
1698/15.0BEALM	Ação Administrativa Comum	Maria Manuela Caetano Ribeiro Maia Morais Félix	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), aguarda a prolação de despacho que recaia sobre a reclamação apresentada pelos Autores referente à Nota Discriminativa de Custas de Parte apresentada pelo Município de Almada		612,00
2809/15.1BEALM	Ação Administrativa	SENASOM - Comércio e Indústria de Construção, Lda.	Município de Almada	Após a fase das alegações escritas, o processo aguarda saneamento ou prolação de sentença		612,00
645/16.7BEALM	Ação Administrativa	INTERSAÚDE - Clínicas e Cuidados de Saúde, Lda.	Município de Almada e ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda prolação de despacho saneador		1 865,32
964/16.2BEALM	Ação Administrativa	Sandra Marina Sequeira de Araújo Freire	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, o processo aguarda saneamento para agendamento de Audiência de Julgamento ou prolação de sentença		150 510,00
230/17.6BEALM	Ação Administrativa	MREDIS, Lda.	Município de Almada	Processo aguarda agendamento para serem ouvidas as testemunhas da Autora		16 209,23
459/17.7BEALM	Ação Administrativa	Maria José Alves Lima	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, elaborado relatório pericial, e apresentado, por parte da Autora, Articulado Superveniente, com ampliação do pedido, decorre prazo para que o Município de Almada se pronuncie sobre a ampliação do pedido formulado		612,00
126/18.4BEALM	Ação Administrativa	Arminda Guerra Silva Teigas	Município de Almada e Instituto das Estradas de Portugal, IEP	Finda a fase dos articulados, o processo aguarda prolação de despacho saneador		12 306,00
170/18.1BEALM	Ação Administrativa	NORCEP - Construções, S.A.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, e após nova junção do PA, em formato digital, conforme solicitado pelo Tribunal, o processo aguarda prolação de despacho saneador		90 018,00
537/18.5BEALM	Ação Administrativa	HABITÁMEGA - Construções, S.A.	Município de Almada	Realizada a Audiência Prévia, aguarda prolação de Despacho Saneador, após terem sido juntos por parte do Município de Almada os documentos do PA em falta		166 844,50
791/17.0BEALM	Ação Administrativa	Maria Amélia da Silva Freitas Ramalho Carlos	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda despacho saneador		612,00
538/19.6TBALM	Ação de Processo Comum	INFRACONDE - Infraestruturas e Terraplanagens, Unipessoal, Lda.	Célia João Costa Figueiredo, Junta de Freguesia da Costa de Caparica, A.P.M.F.T. - Associação dos Pescadores e Moradores da Fonte da Telha e Município de Almada	Encontra-se agendada Audiência de Julgamento para os dias 28 de março e 4 de abril de 2022		50 387,90
46/17.0ECLSB	Processo de Contraordenação	ASAE	Município de Almada	Após apresentação de defesa na fase administrativa, e produção de prova documental e testemunhal, aguarda decisão final		35 000,00
137/19.2TBRR	Insolvência Singular (Apresentação)	Miriam Vanessa Rodrigues Recacho	Município de Almada e outros(...)	Processo encerrado em decurso de exoneração do passivo restante		2 000,00
5380/19.1TBALM	Insolvência Singular (Apresentação)	Margarida Stela Binda Monteiro	Município de Almada e outros(...)	Processo encerrado em decurso de exoneração do passivo restante		1 312,46
639/19.0BEALM	Ação Administrativa	LIBUSTEMAR - Gestão de Imóveis, Lda.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador		1 938,00
553/19.0BEALM	Ação Administrativa	LIBERTY SEGUROS, Companhia de Seguros Y Reaseguros, S.A. - Sucursal em Portugal	Município de Almada	Realizada que foi a Audiência Prévia, no passado dia 6 de Julho, e tendo sido aditado um ponto aos Temas da Prova, a requerimento do Município de Almada, aguarda marcação da Audiência de Julgamento		5 162,04
1066/19.5TBRR	Insolvência Singular (Apresentação)	Manuel do Nascimento Azevedo Seixas e outra(...)	Município de Almada e outros(...)	Processo encerrado em decurso de exoneração do passivo restante		88,35
408/17.2BEALM	Ação Administrativa	TRANSOBREDA - Transportes e Terraplanagens, Lda.	Município de Almada	Findos os articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador		29 929,17
792/15.2BEALM	Ação Administrativa Comum	STAL em representação de Maria Joaquina Vaz Velho	Município de Almada	Finda a Audiência de Julgamento e as Alegações Escritas, aguarda prolação da Sentença		197 353,25
850/19.4BEALM	Processo de Contencioso Pré-Contratual	EOBUS PORTUGAL, S.A.	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, veio esta reclamar da mesma, aguardando-se despacho relativo à reclamação		459,00
4145/16.7TBALM	Ação de Processo Comum	Ana Isabel Pinto Fialho	Lucília Maria Pinto Pedro Parente e Município de Almada	Proferida Sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, aguarda a mesma o pagamento da mesma		120 828,00
930/19.6BEALM	Processo de Contencioso Pré-Contratual	MARCODIESEL - Auto Serviço Elétrico e Diesel, Lda.	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada, já transitada em julgado e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, aguarda-se pagamento da mesma		765,00
809/19.1BEALM	Ação Administrativa	PROCI FISC - Engenharia e Consultadoria, Lda.	Município de Almada	Dada sem efeito a data anteriormente designada para a Audiência de Julgamento, aguarda, neste momento, nova designação de data		30 693,46
987/19.0BEALM	Ação Administrativa	TECBAU - Engenharia, Lda.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador		144 489,29
155/20.8BEALM	Ação Administrativa	Ribeiro & Filhos, Lda.	Município de Almada	Efetuada transação nos autos, aguarda-se informação sobre se o valor acordado já foi pago pelos serviços do Município de Almada		5 384,22
1277/20.0TBALM	Ação de Processo Comum	Maria do Rosário de Lima Oliveira Santos	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se o saneamento do processo		99 236,00
241/20.4BEALM	Ação Administrativa	NORCEP - Construções, S.A.	Município de Almada	Proferido Despacho Saneador, foram nomeados peritos para a elaboração de Relatório Pericial. A signatária tem agendada reunião prévia à reunião de peritos, com a perita indicada pelo Município de Almada		971 783,52
337/21.5BEALM	Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Penuniárias	AMBILINE - Unipessoal, Lda.	Município de Almada	O processo foi remetido ao TACL por ser o Tribunal materialmente competente		1 028 289,00
396/20.8BEALM	Ação Administrativa	FC E V Médicos Dentistas, CRL FC	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo		16 564,54

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Data prevista assunção responsabilidade	Valor
396/20.8BEALM	Ação Administrativa	FC E V Médicos Dentistas, CRL FC	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo		16 564,54
474/20.3BEALM	Ação Administrativa	Carlos Alberto Reis e Francisco Reis Américo	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo		306,00
549/20.9BEALM	Outros Processos Cautelares (Administrativo)	Silvia Maria Fernandes e outro(s)...	Município de Almada	Proferida decisão favorável ao Município de Almada e reclamadas as custas de parte, aguarda-se o liquidação das mesmas		306,00
724/20.6BEALM	Ação Administrativa	João Vaz de Araújo Franco	Município de Almada, SILAROEIRA - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, S.A., SILGOLFE - Exploração de Equipamentos Desportivos, Ldª. e SILCOGE - Sociedade Construtora de Obras Gerais, S.A.	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo		12 156,19
691/20.6BEALM	Ação Administrativa	COPS - Companhia Operacional de Sgurança Unipessoal, Ldª.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se o saneamento do processo		20 804,06
356/21.1BEALM	Ação Administrativa	Maria Emilia Monteiro	Município de Almada e outros(...)	Decorre atualmente prazo para a Autora se pronunciar sobre o conteúdo do PA junto aos autos pelo Município de Almada		612,00
519/21.0BEALM	Outros Processos (Administrativo)	PENSAO SETUBALENSE, Ldª.	Município de Almada	Decorre atualmente prazo para a Autora se pronunciar sobre o conteúdo do PA junto aos autos pelo Município de Almada		612,00
624/21.2BEALM	Ação Administrativa	CIMAI - Engenharia e Quimica Avançada, S.A.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda saneamento do processo		24 553,99
2320/21.1T9ALM	Recurso de Contraordenação	Pedro dos Santos Fernandes	Ministério Público e Município de Almada	Decorre, neste momento, a Audiência de Julgamento		5 551,00
2781/21.9T9ALM	Recurso de Contraordenação	NUCLUSIGMA, Unipessoal, Ldª.	Ministério Público e Município de Almada	Audiência de Julgamento agendada para o dia 7 de fevereiro de 2022		3 551,00
2789/21.4T9ALM	Recurso de Contraordenação	Francisco Correia Semedo	Ministério Público e Município de Almada	Audiência de Julgamento agendada para o dia 31 de janeiro de 2022		1 851,00
3621/21.4T9ALM	Recurso de Contraordenação	José Maria Pereira Henriques	Ministério Público e Município de Almada	Aguarda decisão, ou agendamento da Audiência de Julgamento		1 051,00
88/CO/2018	contra ordenação	IGAC	Município de Almada	Contestado com testemunhas		30 000,00
929110358,00	contra ordenação	ANSR	Município de Almada	Contestado com testemunhas		600,00
912173610,00	contra ordenação	ANSR	Município de Almada	Contestado com testemunhas		3 000,00
NUICO nº3152/15.1	contra ordenação	ASAE	Município de Almada	contestado, ouvidas testemunhas		5 000,00
918569761,00	contra ordenação	ANSR	Município de Almada	Aguarda-se confirmação de restituição ao Município do valor de € 459,00, resultante de liquidação de taxas de justiça pagas a mais		2 500,00
918569788,00	contra ordenação	ANSR	Município de Almada	Decorre atualmente prazo para que a Autora se pronuncie sobre o conteúdo do PA junto aos autos fisicamente, por ordem do Tribunal		250,00
373/NSP/2018	contra ordenação	NSPS - PSP	Município de Almada	Audiência Prévia agendada para dia 25 de janeiro de 2022		748,20
NSP2019STB00004	contra ordenação	NSPS - PSP	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), aguarda a prolação de despacho que recaia sobre a reclamação apresentada pelos Autores referente à Nota Discriminativa de Custas de Parte apresentada pelo Município de Almada		748,20
070.40.01-326/19	contra ordenação	Polícia Marítima	Município de Almada	Após a fase das alegações escritas, o processo aguarda saneamento ou prolação de sentença		20 000,00
1242770714-246-19	contra ordenação	ANSR	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda prolação de despacho saneador		300,00
4-246-2019	contra ordenação	APCVD	Município de Almada	contestado com testemunhas		10 000,00
12000482,00	contra ordenação	ACT	Município de Almada	Processo aguarda agendamento para serem ouvidas as testemunhas da Autora		81 600,00
459/17.7BEALM	contra ordenação	ACT	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, elaborado relatório pericial, e apresentado, por parte da Autora, Articulado Superveniente, com ampliação do pedido, decorre prazo para que o Município de Almada se pronuncie sobre a ampliação do pedido formulado		81 600,00
NSP17STB0004PAL	contra ordenação	NSPS - PSP	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, elaborado relatório pericial, e apresentado, por parte da Autora, Articulado Superveniente, com ampliação do pedido, decorre prazo para que o Município de Almada se pronuncie sobre a ampliação do pedido formulado		7 500,00
929110366,00		ANSR	Município	contestado c/ testemun		150,00
3219/13.0BELSB	Execução de acto administrativo	José Pedro Pulido Rocha	CMA e outros	Aguarda avaliação;	impossível prever	30 612,10
630/14.3BEALM	Ação Administrativa Comum – Responsabilidade Civil das Pessoas Coletivas.	José Pedro Pulido Rocha e Sebastiana Clarinha Mourato Madureira	CMA	Instância suspensa;	impossível prever	49 592,31
2786/15.9BEALM	Processo de Impugnação – Indeferimento total ou parcial das reclamações gratuitas dos atos tributários.	FILA – Imobiliária e Turismo, Ldª.	CMA	Produzidas alegações finais. Aguarda prolação da sentença.	impossível prever	153 110,05
947/07.3BEALM-A	Execução de Julgados – Prestação de factos pelos executados	J. Ferreira Gomes & Filhos, Ldª.	CMA	Recurso extraordinário interposto pela Autora. Produzidas contra-alegações. Aguarda prolação do Acórdão.	impossível prever	31 612,10
232/16.0BEALM	Ação Administrativa/Impugnação de Atos Administrativos	J. Ferreira Gomes & Filhos, Ldª.	CMA	Foi proferido Despacho Saneador em Junho de 2019, no âmbito do qual foi determinada a suspensão da instância até ser proferida decisão transitada em julgado no âmbito do Proc. n.º 947/07.3BEALM (Proc. 7/2020)	impossível prever	35 408,00
495/16.0BEALM	Processo de Impugnação/Liquidação de Tributos	J. Ferreira Gomes & Filhos, Ldª.	CMA	Parecer do MP favorável ao MA. Aguarda prolação da sentença.	impossível prever	181 615,78

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Data prevista assunção responsabilidade	Valor
3211/14.8T8ALM	Execução Comum	Maria da Conceição de Miranda Cansado Paes e outros	CMA	Pendente – o MA já depositou à ordem dos autos quantia destinada a garantir o pagamento das despesas e da prestação de facto	impossível prever	108 964,35
1419/09.7BEALM	Ação Administrativa Comum/Recurso Jurisdicional de Ação Administrativa Comum	Pedro Jorge de Miranda Cansado Paes e outros	CMA e outros	Aguarda decisão do Recurso	impossível prever	505 335,40
4660/07.3TBALM	Ação Declarativa – DL 108/2006	Maria Antónia da Silva Félix Higgs e outros	CMA	Corre prazo para contra-alegar em Recurso de Revista, MA absolvido. Autores recorreram. MA não contra-alegou	impossível prever	15 000,10
1257/13.2TBALM	Ação Declarativa – DL 108/2006	Maria Antónia da Silva Félix	CMA	A instância encontra-se suspensa por relação de prejudicialidade com o Proc. n.º 4660/07.3TBALM	impossível prever	15 204,10
2833/14.1T8ALM	Execução Sumária	A PENTEADORA	CMA	Fase de indicação de peritos	impossível prever	1 550 663,88
827/07.2BEALM	Ação Administrativa Especial – Pretensão conexa atos administrativos Impugnação de Atos Administrativos	Maria Manuela Bela Braz Almeida António Maria de Sousa Almeida	CMA e outros	Fase posterior aos articulados e às Alegações em que o Tribunal ainda se encontra a notificar algumas partes virem juntar prova documental de alguns dos factos que alegaram nos articulados	impossível prever	15 000,00
1295/20.9BELSB	Providência cautelar de suspensão de eficácia de acto administrativo	Eduardo Costa Rodrigues	Min. Defesa Nacional e MA	Proferida sentença que indefere a providência. Aguarda decisão sobre reclamação contra a Nota de Custas de Parte	impossível prever	30 102,10
597/20.0BEALM	Ação administrativa de condenação em indemnização	Esteves, Barreiros e Baioa, Lda	MA	Deduzida Contestação	impossível prever	243 040,00
530/20.8BEALM	Pedido de declaração de nulidade de contrato de nomeação	Ministério Público	António Salgueiro e MA	Deduzida Contestação	impossível prever	30 204,10
731/20.9BEALM	Pedido de declaração de nulidade de contrato de nomeação	Ministério Público	Débora Rodrigues e MA	Deduzida Contestação	impossível prever	30 000,10
970/20.2BELSB	Pedido de declaração de nulidade de Declaração de Impacto Ambiental	Sociedade Portuguesa de Observação das Aves e Outros	Agência Portuguesa do Ambiente, MA e Outros	Deduzida Contestação	impossível prever	sem perdas
370/21.7BELSB	contencioso pré-contratual	ENA Portugal	MA e Eulen	Sentença condenatória. Interposto Recurso pela Eulen	impossível prever	sem perdas
174/21.7BEALM	contencioso pré-contratual	Rebau	MA / ISPT / DAPE	sentença condenatória. Interposto Recurso	impossível prever	sem perdas
6208/11.6TBALM		Maria Aurélio Pereira Azinheira Gonçalves Pereira	MA		impossível prever	
348/21.0BEALM	ação de responsabilidade civil extra-contratual	António França Neves	MA		impossível prever	678,00
855/18.2BEALM	impugnação de acto administrativo	António Tamagnini	MA		impossível prever	sem perdas
4099/19.8T8ALM	ação de despejo com reconvenção de pedido indemnizatório	Fernando Simões Lda.	MA		impossível prever	95 365,00
299/19.9BEALM	ação de responsabilidade civil extra-contratual	Josué Nunes	MA		impossível prever	40 921,78
474/18.3BEALM	oposição à execução fiscal	Orlando Almeida	MA		impossível prever	17 845,19
584/18.7BEALM	ação de responsabilidade civil extra-contratual	Sónia Rodrigues	MA		impossível prever	26 942,30
82/21.1BEALM	oposição à execução fiscal	FILA – Imobiliária e Turismo, Lda.	MA	Deduzida Contestação	impossível prever	
00218/2020	contra ordenação	APA	MA	Aguarda decisão do Recurso		240 000,00
2152021/000006890	contra ordenação	AT	MA			208,81
21512021/600000787	contra ordenação	AT	MA			20 452,56
906/21.3BELSB	impugnação de acto administrativo e pedido de indemnização	Betonit	MA			324 077,73
823/15.6BEALM	impugnação de acto administrativo	Finangeste	MA			
2-3295-2021	contra ordenação	INCF	MA			18 000,00
855/18.2BEALM	Ação Administrat.; pedido nulidade licença/demolição obra	António Tamagnin	Município de Almada	Contestada com Réplica; contraditório face a peça/docs.	sem previsão	1 632,00
137/18.0BEALM	Pré contratual	BASRIO -Metalomecânica e Equipamentos Rodoviários	Município de Almada			204,00
471/20.9T9ALM	Recurso contraordenação	Ministério Público	Município de Almada	Proc. DJ/2018 - Proc. 375/DJA/2018/312CO - concluído		3 602,00
335/09.7BEALM-A	Anulação do despacho homologatório da lista de classificação final	José Eduardo Monteiro Agostinho	Município de Almada	Aguarda Acórdão - os mandatários do A. renunciaram ao mandato (13.01.2022)		30 000,01
123/17.7BEALM	Declaração de nulidade do procedimento concursal	STAL (Anabela Gonçalves)	Município de Almada	em curso		30 000,01
283/18.8T8BRR-MP	Fixação de incapacidade, por Acidente de Trabalho	Sinistrado: Manuel Benvindo Martins de Sousa Gomes	Seguradora Tranquilidade e Município de Almada	Em curso		indeterminável
595/18.2BEALM	Reconhecimento do Contrato de trabalho, desde 20/03/1998, com pagamento das diferenças salariais, no valor de 113.146,47€ + 2.600,00€ por danos morais + juros	Manuel Leontino da Silva Mendonça	Município de Almada	Em curso		115 746,47
233/19.6BEALM	Impugnação do ato administrativo que na sequência de processo disciplinar fixou o pagamento de uma multa e a cessação da comissão de serviço + indemnização por danos não patrimoniais	Pedro Luis Filipe	Município de Almada	Entregue contestação		39 000,01
616/21.1BEALM	Anulação do ato de homologação da avaliação de desempenho	Eduardo Raposo	Município de Almada	Entregue contestação		30 000,01
226/21.3BEALM	Anulação do despacho de homologação da avaliação de desempenho	Florbelá Leal	Município de Almada	Entregue contestação		30 000,01
2318/20.7T9ALM	Processo penal Ainda se encontra em fase de inquérito, sob a direção do Ministério Público (Procuradoria da República da Comarca de Lisboa DIAP - 4.ª Secção), com vista a investigar a existência de crime de dano contra a natureza, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação.	Ministério Público	Município de Almada (Denunciado)	Apresentação de Denúncia e Queixa: 21.07.2020 Inquirição dos Denunciados e testemunhas: de 11.11.2020 a -- Aguarda Acusação/Arquivamento	N/ A	N/ A
819/18.6T8BRR	Insolvência pessoa singular	Antonietta M. Sá		Juízo Comércio Barreiro	45 291,00 €	2 682,16
			Subtotal CM			7 648 841,29
	Outros processos referentes aos SMAS com a APA					1 000 000,00
	Outros processos Wemob					11 650,00
			TOTAL			8 660 491,29

A CMA contabiliza também o montante das pensões vitalícias resultantes de doenças profissionais ou acidentes em trabalho, detalhando-se no mapa seguinte o respetivo apuramento:

PENSÕES VITALÍCIAS							
TIPO	VALOR MENSAL 2021	DATA DO DIREITO	DATA 1º ABONO	Data de Nascimento	Ano Nascimento	Idade	Valor 2021 TV 88/90
Doença profissional	18,93	15/11/2012	01/12/2013	06/09/1966	1966	55	5 017,35
Doença profissional	18,09	03/09/2010	01/12/2011	28/01/1966	1966	55	4 794,71
Doença profissional	37,10	09/10/2014	01/11/2019	12/03/1951	1951	70	6 049,96
Doença profissional	134,52	25/02/2010	01/09/2011	02/02/1958	1958	63	28 617,94
Doença profissional	31,06	03/03/2021	01/05/2021	29/08/1953	1953	68	11 026,12
Acidente em serviço	419,53	12/10/2004	01/06/2006	24/09/1950	1950	71	65 367,59
Acidente em serviço	354,44	01/10/2004	01/07/2007	21/03/1971	1971	50	104 371,45
Acidente em serviço	366,05	07/02/2012	01/12/2014	16/09/1975	1975	46	115 849,32
Acidente em serviço	315,25	01/05/2008	01/09/2010	18/05/1969	1969	52	89 211,52
Acidente em serviço	509,20	19/03/2008	01/06/2008	22/09/1954	1954	67	94 031,87
Acidente em serviço	376,08	01/04/2008	01/03/2011	26/05/1979	1979	42	126 817,53
Acidente em serviço	195,83	21/05/2014	01/11/2019	02/04/1962	1962	59	46 943,03
Total							698 098,39

Nota 17 –Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas

Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram

outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, embora a continuação da doença do COVID 19 seja relevante, com eventuais impactos não estimáveis, não se espera que os mesmos coloquem em causa a continuidade das atividades da CMA.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Contudo e conforme referido na nota 1.2, em 24 de fevereiro de 2022, a Federação Russa lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, criando uma guerra convencional em espaço europeu sem precedentes desde a II Guerra Mundial. À data, não é possível aferir o impacto que poderão ter as medidas de apoio à Ucrânia e de sanção à Federação Russa e Bielorrússia, bem como o fluxo de refugiados de guerra, sendo expectável porém que exista impacto orçamental na despesa da autarquia e eventual diminuição da receita, mas tal não colocará em causa a continuidade do desenvolvimento da atividade municipal.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Dividas a receber

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a receber, estando a mesmas mensuradas, após reconhecimento inicial, pelo custo / custo amortizado.

Conta	CONSOLIDADO		
	Saldo a 31.12.2021		
	Quantia bruta	Imparidade	Quantia escriturada
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	4 009 218,19	118 522,35	1 684 150,84
Clientes, contribuintes e utentes	7 544 554,34	4 030 063,27	3 152 796,09
Estado e outros entes públicos	39 968 606,69	121 880,11	39 846 726,58
Outras contas a receber	1 831 436,64	-	866 137,64
Diferimentos	544 916,25	-	544 916,25
Participações financeiras	68 714 259,96	-	20 327 907,81
Total	122 612 992,07	4 270 465,73	66 422 635,21

Dívidas a pagar

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a pagar reconhecias pelo custo / custo amortizado.

Dívidas a pagar	CONSOLIDADO		
	Corrente	Não Corrente	Total
Financiamentos obtidos	3 513 665,08	14 613 700,58	18 127 365,66
Fornecedores de investimentos	77 906,84	74 000,00	151 906,84
Outras contas a pagar	12 778 175,29	623 254,77	13 401 430,06
Fornecedores c/c	1 470 212,87	-	1 470 212,87
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	376 826,49	-	376 826,49
Estado e outros entes públicos	1 350 131,43	-	1 350 131,43
Total	19 566 918,00	15 310 955,35	34 877 873,35

Nota 19-Benefícios dos empregados

As entidades atribuem benefícios a empregados de acordo com a legislação em vigor aplicável às autarquias locais e que são de curto prazo.

Incluem-se nos benefícios de curto prazo: Salários, subsídio de refeição, subsídio de férias e Natal, e outros abonos previstos na remuneração em vigor, bem como as contribuições para os regimes de segurança social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Gastos com o pessoal	CONSOLIDADO
Descrição	Montante
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	440 367,87
Remunerações certas e permanentes	37 406 788,48
Abonos variáveis ou eventuais	2 168 271,33
Encargos sobre remunerações	9 003 162,48
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	833 199,57
Outros gastos com o pessoal	598 510,14
Outros encargos sociais	2 212 323,00
Total	52 662 622,87

Nota 20 –Divulgações de partes relacionadas

Para efeitos da NCP 20, consideram-se partes relacionadas as seguintes entidades:

- COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A
- MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada

As transações entre entidades relacionadas são as que se apresentam no quadro seguinte:

Madan Parque
Investimentos em associadas

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2021		Transações								Saldo 31/12/2021	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo financeiro	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras - Quota	0,00	0,00	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00

COSTAPOLIS
Investimentos em associadas

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2021		Transações								Saldo 31/12/2021	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo financeiro	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 22 – Interesses em outras entidades

No quadro seguinte, apresenta-se o detalhe dos investimentos por tipo de critério de mensuração.

Entidades / Fundos				Participação no final do exercício			Método de contabilização	Observações
Denominação	Tipo de Participação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	%	Valor contabilizado a 31/12/2021		
AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	Investimentos noutras entidades	Sociedade	503876321	955 500,00	12,33%	955 500,00	Custo	
AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	Controlada	Agência	504329073	116 718,71	42,47%	22 886,42	Método de equivalência patrimonial	dados provisórios referentes ao ano 2021
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	Controlada	Agência	504974696	49 879,70	61,73%	369 401,43	Método de equivalência patrimonial	dados referentes ao ano 2021
COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	Investimentos em associadas	Sociedade	505280167	12 940 550,00	40,00%	15 258 147,46	Método de equivalência patrimonial	dados provisórios referentes ao ano 2021
MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	Investimentos em associadas		503545562	199 940,00	40,65%	1 286 035,85	Método de equivalência patrimonial	dados provisórios referentes ao ano 2021
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	Controlada	Agência	504974688	49 879,79	84,75%	301 904,02	Método de equivalência patrimonial	dados referentes ao ano 2021
WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	Controlada	Empresa Municipal	507001206	250 000,00	100,00%	1 033 256,94	Método de equivalência patrimonial	dados provisórios referentes ao ano 2021
SMAS- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	Controlada	Serviços Municipalizados	680017763	43 829 211,63	100,00%	46 593 559,27	Método de equivalência patrimonial	dados provisórios referentes ao ano 2021
Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	Investimentos noutras entidades	Associação	515432156	15 000,00	16,67%	15 000,00	Custo	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Investimentos noutras entidades	Fundo	513319182	2 813 224,50	0,67%	2 813 224,50	Custo	
TOTAL				61 219 904,33		68 648 915,89		

Nota 23 – Outras divulgações relevantes

23.1 - Gastos com Transferências e subsídios

Detalha-se no quadro seguinte as transferências e subsídios, correntes e de capital, consideradas com gasto em 2021.

Entidades	CONSOLIDADO
Transferências correntes concedidas	
Associações de Municípios	1 810 011,00
União de Freguesias de Almada, Cv.Piedade, Pragal e Cacilhas	553 218,05
União de Freguesias Charneca de Caparica e Sobreda	760 996,97
União de Freguesias de Caparica e Trafaria	616 205,25
Freguesia Costa da Caparica	389 418,69
União de Freguesias de Laranjeiro e Feijo	263 908,59
Instituições sem Fins Lucrativos	5 598 135,24
Bombeiros Almada	209 067,08
Bombeiros Cacilhas	316 904,32
Bombeiros Trafaria	208 453,98
Famílias	147 037,58
Sociedades e quase sociedades não financeiras	1 620 676,25
Subsídios correntes concedidos	
Empresas Locais	0,00
Instituições sem Fins Lucrativos	315 323,26
União de Freguesias de Almada, Cv.Piedade, Pragal e Cacilhas	139 950,20
União de Freguesias Charneca de Caparica e Sobreda	380 799,11
União de Freguesias de Caparica e Trafaria	316 025,79
Freguesia Costa da Caparica	199 705,85
União de Freguesias de Laranjeiro e Feijo	86 629,67
Bombeiros Cacilhas	369 493,90
Famílias	36 164,05
Sociedades e quase sociedades não financeiras	22 500,00
Total	14 360 624,83

23.2 – Gastos com fornecimentos e serviços externos

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de fornecimento e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	
Designação	Consolidado
Serviços de saúde	15 553,58
Serviços de transportes	67 632,48
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	4 340 663,36
Trabalhos especializados	6 083 183,30
Publicidade, comunicação e imagem	287 887,66
Vigilância e segurança	853 258,27
Honorários	1 347 324,67
Comissões	2 037 903,29
Conservação e reparação	7 480 502,03
Outros serviços especializados	114 636,98
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	291 522,36
Livros e documentação técnica	713,16
Material de escritório	38 222,43
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	248 467,14
Material de educação, cultura e recreio	625,68
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	133 180,69
Medicamentos e artigos para a saúde	16 018,57
Produtos químicos e de laboratórios	57 351,04
Outros materiais diversos de consumo	2 439 502,02
Eletricidade	5 442 443,87
Combustíveis e lubrificantes	502 417,81
Água	249 866,68
Deslocações e estadas	40 898,50
Outros	30 045,65
Rendas e alugueres	1 312 748,88
Comunicação	890 308,16
Seguros	722 465,24
Contencioso e notariado	24 778,70
Despesas de representação dos serviços	3 276,94
Limpeza, higiene e conforto	1 568 958,80
Outros serviços	14 553,64
Total	36 656 911,58

23.3 – Diferimentos ativos e passivos

Nos quadros seguintes detalham-se os saldos dos diferimentos ativos e passivos reconhecidos em 2020.

Diferimentos Ativos	CONSOLIDADO		
	Corrente	Não Corrente	Total
Serviços especializados	48 583,50	0,00	48 583,50
Materiais de consumo	254 246,52	0,00	254 246,52
Rendas e alugueres	20 384,07	0,00	13 135,87
Seguros	149 119,99	0,00	0,00
Gastos de benefícios de reforma	0,00	0,00	0,00
Outros	72 582,17	0,00	42 934,16
Total	544 916,25	0,00	544 916,25

Diferimentos passivos	Consolidado		
	Corrente	Não Corrente	Total
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições			
Protocolos da CMA	190 642,31	30 609,24	221 251,55
APA - Fundo Ambiental	100 000,00	0,00	100 000,00
Estado - Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados	0,00	4 635 586,31	4 635 586,31
Outros subcontratos ou concessões CP	9 805 855,55	0,00	9 805 855,55
Subsídios p/investimento a receber POSEUR reconhecidos pelos SMAS	1 000 451,52		1 000 451,52
Subs. p/investimento recebidos POSEUR reconhecidos pelos SMAS	100 090,91		100 090,91
Subsídios p/investimento a receber da APA reconhecidos pelos SMAS	500 000,00		500 000,00
Subsídios p/investimento recebidos da APA reconhecidos pelos SMAS	90 000,00		90 000,00
Subsídios p/investimento a receber do MST reconhecidos pelos SMAS	83 381,50		83 381,50
Parte Simarsul subs.QREN Qta Bomba reconhecidos pelos SMAS	3 093 345,17		3 093 345,17
Outros a rendimentos a reconhecer			0,00
Mercados e Feiras	7 931,67	0,00	7 931,67
Habitação	77 868,98	0,00	77 868,98
Edifícios	4 308,30	0,00	4 308,30
Terrenos e Recursos Naturais	235 195,70	3 341 393,31	3 576 589,01
Outros	118 250,42	0,00	118 250,42
Total de outros rendimentos a reconhecer			
Total de diferimentos passivos	15 407 322,03	8 007 588,86	23 414 910,89

23.4 – Outros gastos

No quadro seguinte detalha-se o montante de outros gastos reconhecidos em 2021:

Outros gastos	
Designação	Consolidado
IVA Suportado não dedutível	110 167,97
Taxas	579 003,96
Gastos em investimentos não financeiros	90 698,29
Correções de impostos diretos	7 128,09
Correções de impostos indiretos	653 829,46
Devolução de transferências e subsídios obtidos	171 090,47
Encargos de Cobrança	6 117,79
Outras correções	846 071,51
Quotizações	454 851,31
Multas fiscais	1 968,21
Multas não fiscais	8 673,78
Condomínios	56 403,60
Gastos Bancárias	48 651,47
Indemnizações	238 461,58
Direitos de Autor	6 281,19
Correções de Inventários	2 241,73
Outros gastos	757,57
Total	3 282 397,98

23.5 – Outros rendimentos

No quadro seguinte detalham-se os outros rendimentos apurados em 2021.

Outros rendimentos	
Designação	Consolidado
Outros rendimentos Suplementares	21 857,66
Rendas em propriedades de investimento	642 969,71
Outros rendimentos do Estado	19 316,00
Correções relativas a períodos anteriores	951 394,75
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 617 617,17
Outros não especificados	344 484,80
Total	3 597 640,09

23.6 – Estado e outros entes públicos

No quadro seguinte detalha-se as dívidas a pagar e a receber do Estado.

Outros rendimentos - Consolidado		
Designação	Ativo	Passivo
Retenção de impostos sobre rendimentos	66,54	360 292,25
IVA (pagar e receber)	336 118,22	26 057,11
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de sa	0,00	958 578,52
Outros	5 832,50	5 203,55
Total	342 017,26	1 350 131,43